ISSN 2447-9705

Reflexões Econômicas

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Volume 8. Número 2. Julho/Dezembro. 2024

Editora da UESC

REVISTA REFLEXÕES ECONÔMICAS - REC

Editora chefe
Aline Conceição Souza (UESC)

Editores Adjuntos
Carlos Eduardo Drumond (UESC)
Carlos Eduardo Ribeiro Santos Bertani (UESC)
Omar Santos Costa (UESC)
Sócrates Jacobo Moquete Guzmán (UESC)

Bolsista de Extensão
Énedy Rodrigues Pereira (UESC)

Indexadores
Academic Google
Diadorim
Latindex

Corpo Editorial
Fernando Sagueiro Perobelli (UFJF)
Fernando Rubiera Morollón (Universidad de Oviedo)
Fernando Ferrari Filho (UFRGS)
Gustavo José de Guimarães e Souza (UCB/UFG)
João Eustáquio de Lima (PPGEA – UFV)
Marcelo Dias Carcanholo (UFF)
Omar Jorge Sabbag (UNESP)
Orlando Monteiro da Silva (PPGE – UFV)
Sérgio Schneider (UFRGS)
Tales Wanderley Vital (UFRPE)

Reflexões Econômicas [recurso eletrônico] / Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Ciências Econômicas. – v. 8, n. 2 (2024). – Ilhéus, BA: Editus, 2024.

e-ISSN: 2447-9705.
Semestral.

1. Economia – Periódicos. 2. Economia – Aspectos sociais – Periódicos. I. Universidade Estadual de Santa Cruz. Departamento de de Ciências Econômicas.

CDD 330

Elaborado por Quele Pinheiro Valença CRB 5/1533

SUMÁRIO

DECOLONIALIDADE E DESINTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL: uma síntese teórica preliminar..... 3
William Gledson e Silva

ELIMINAÇÃO OU SALVAÇÃO: apontamentos a respeito dos Ensaios sobre população de Thomas Malthus..... 21
Gustavo Romero

CADENAS GLOBALES DE VALOR E INSTITUCIONES ECONÓMICAS: una perspectiva analítica..... 40
Rodrigo Fabian Laera

DECOLONIALIDADE E DESINTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL: uma síntese teórica preliminar

William Gledson e Silva [1]

DOI: https://doi.org/10.36113/rec.v8i2.4425

Resumo: Este artigo teve o objetivo de investigar a relação teórica dos conceitos de colonialidade do poder, saber, ser e gênero diante dos aportes da deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa ligada à desintegração internacional, constituindo um esboço de modelo analítico. Metodologicamente, usou-se uma revisão de literatura acerca dos elementos conceituais centrais do estudo na tentativa da construção de uma síntese capaz de esclarecer lacunas importantes aqui ressaltadas. Os resultados mostraram haver pertinência teórica dos fundamentos da colonialidade do poder, saber, ser e gênero diante das perspectivas da deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa, onde as características eurocêntricas, os hiatos tecnológicos internacionalmente, as assimetrias globais culturalmente e a própria ligação do poder político e econômico mundialmente decorrentes dos aspectos culturais revelaram a adequada vinculação dos distintos modelos aqui considerados.

Palavras-chave: Colonialidades do Poder, Saber, Ser e Gênero. Causação Circular e Acumulativa. Deterioração dos Termos de Troca.

DECOLONIALITY AND INTERNATIONAL ECONOMIC DISINTEGRATION: a preliminary theoretical synthesis

Abstract: This paper aimed to investigate the theoretical relationship between the concepts of coloniality of power, knowledge, being, and gender in light of the contributions of the deterioration of terms of trade and cumulative and circular causation linked to international disintegration, constituting a draft of an analytical model. Methodologically, a literature review was conducted on the central conceptual elements of the study in an attempt to construct a synthesis capable of clarifying important gaps highlighted here. The results showed theoretical relevance of the foundations of coloniality of power, knowledge, being, and gender in relation to the perspectives of the deterioration of terms of trade and cumulative and circular causation, where Eurocentric characteristics, international technological gaps, global cultural

[1] Pós-Doutorado em Ciências Sociais (UFRN), Doutorado em Ciências Sociais (UFRN), Mestrado em Economia (UFRN), Graduação em Ciências Econômicas e em Ciências Sociais (UFRN). Docente do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN – Campus Avançado de Assu). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0552-202X. E-mail: williangledson@gmail.com.

Recebido em: 26/08/2024
Aceito em: 29/10/2024

asymmetries, and the very connection of global political and economic power arising from cultural aspects revealed the appropriate linkage of the distinct models considered here.

Keywords: Power, Knowledge, Being and Gender Coloniality. Cumulative and Circular Causation. Deterioration of Terms of Trade.

JEL Codes:. A12.

1 INTRODUÇÃO

Um dos destaques presentes na literatura sociológica, política e econômica, via de regra, perpassa pela existência de diferenciações enquanto categorias significativas no campo da análise dos agentes/atores constantes em dado corte espacial, remontando haver, necessariamente, uma preocupação em discutir elementos demarcadores das denominadas distinções, seja entre grupos sociais e políticos, sejam países ou regiões, etc.

Quijano (2005), por sua vez, apresenta na circunscrição conceitual da colonialidade do poder a ideia de que o denominado eurocentrismo envolve a imposição cultural do branco perante os povos não brancos, sinalizando ocorrer um hiato comportamental demasiado representativo na América Latina, região essa sujeita ao contexto de subordinação colonial proveniente do processo histórico das grandes navegações europeias.

Assim, Lugones (2020) mostra existir diferenças acentuadas em termos dos grupos tribais latino-americanos e povos europeus, onde as características sociais sinalizam notáveis assimetrias comportamentais na maneira de organização social, a exemplo do protagonismo de gênero, exercício do poder no interior das sociedades, dentre outros.

A autora supracitada reconstitui, a rigor, uma característica social dos povos tribais da zona latino-americana precedente a chegada europeia, exprimindo haver comportamentos similares entre homens e mulheres e até mesmo uma uniformidade na distribuição das tarefas em termos da não divisão sexual do trabalho, demonstrando marcações sociais bastante diversas frente ao quadro europeu.

A colonialidade de gênero reproduz um contorno de recepção cultural na América Latina diante das imposições de além-mar, acentuando corresponder a uma institucionalização social de aspectos não vivenciados na região supracitada e incorporado o *habitus* herdado do mundo europeu, significando no ponto fundamental presente neste esboço investigativo.

Leia-se em Bourdieu (2009), precisamente, que *habitus* diz respeito ao conjunto de experiências determinadas e engendradas na sociedade, a exemplo do povo europeu marcado pelas características de divisão sexual do trabalho, onde a mulher é subordinada ao homem, especialmente pelo panorama religioso cristão demarcador do continente antes apontado nas percepções de Max Weber e Gunnar Myrdal destacados por Silva, Machado e Ferreira (2021).

De maneira mais clara, faz-se premente admitir que o *habitus* corresponde a um conceito capaz de esmiuçar nuances sociais, políticas e econômicas demarcadoras das diferenças entre Europa e América Latina especialmente, quer dizer, o denominado eurocentrismo exerce uma imposição cultural diante dos povos do chamado novo-mundo, cuja colonização se torna o fator

central para haver a incorporação local dos costumes do homem branco cristão na região por nativos com comportamentos completamente diversos aos europeus.

Mignolo (2005) exibe uma ideia interessante de eurocentrismo dentro de uma espécie de globocentrismo, onde o autor procura explicitar que na denominada aldeia global existe várias divisões representativas culturais, ainda que se admita discursos de unidade, diferentemente, há forte fratura entre os povos, acentuando ocorrer notáveis distinções nas diversas áreas do globo e, consequentemente, *habitus* completamente assimétricos.

O argumento busca ressaltar, na verdade, que os esforços totalizantes globais provenientes da tentativa de união dos mercados não alcançam sucesso no tocante a uma uniformidade cultural, contrariamente, as resistências das culturas locais são prementes e o desenvolvimento da economia capitalista e suas especificidades de mercado geram, no limite, o aprofundamento das desigualdades, reforçando a leitura de eurocentrismo diante da porção espacial latino-americana.

Adicionalmente ao antes exposto, Prebisch (2000) desenvolve a chamada teoria da deterioração dos termos de troca, onde o autor mostra haver diferenças pronunciadas entre países centrais e periféricos no que toca ao dinamismo econômico, estabelecendo nações desenvolvidas industrializadas vis-à-vis outras com características “subdesenvolvidas”, descrevendo forte assimetria mundial imputada aos modelos de desenvolvimento aqui sumarizados.

O autor antes mencionado traz como explicação latente acerca do quadro de diferenciação entre países centrais e periféricos, na verdade, o fato de que os primeiros exportam produtos industrializados e importam itens de primeiras necessidades, opostamente, os segundos são vocacionados ao plano de produção ligado ao setor agrícola, exportando produtos com baixo valor agregado e importando bens de capital e mais avançados tecnologicamente, convergindo a alguns apontamentos teóricos alcançados por Medeiros e Serrano (2001), bem como Lima e Silva (2017).

De modo mais claro, os trabalhos anteriormente assinalados demonstram que a diferenciação entre países diz respeito aos níveis de desenvolvimento das chamadas forças produtivas, onde as nações centrais do globo apresentam padrões tecnológicos expressivamente destacados diante das áreas emergentes mundialmente, correspondendo à compreensão conceitual enfatizada na leitura do modelo da deterioração dos termos de troca.

É relevante assinalar, via de regra, que Prebisch (2000) defende uma política de estímulo ao processo de industrialização nacional, procurando gerar internamente bens passíveis do atendimento das demandas endógenas ao país e, consequentemente, indo na contramão de um mundo globalizado e alargador das assimetrias internacionais, em conformidade com a leitura de Mignolo (2005).

Silva (2021), flagrantemente, esclarece que há na literatura um autor bastante importante consistente com Gunnar Myrdal, o qual apresenta inúmeros conceitos significativos e dignos de ressalva, a exemplo da ideia de desintegração internacional demarcando países ricos e pobres, além da chamada hipótese da causação circular e acumulativa, onde as diferenças entre as nações tenderiam a se ampliar ao longo do tempo, problematizando o princípio do equilíbrio.

O autor antes mencionado ainda admite, via de regra, que Myrdal ao desenvolver a denominada hipótese da causação circular e acumulativa verifica ocorrer nos Estados Unidos da América um processo de segregação racial entre negros e brancos, onde o racismo assinalado

pelo clássico demonstra haver uma ampliação das diferenças de brancos e negros que reforça o caráter racista aqui enfatizado como processo cumulativo.

Ressalte-se que os aspectos econômicos ainda resguardam um problema mais pronunciado, quer dizer, Silva (2017) discute sumariamente o comportamento dos capitais financeiros, onde realça existir forte volatilidade do denominado capital de curto prazo e que afeta profundamente as contas nacionais, deixando países periféricos reféns do centro econômico global, sendo plausível haver o conhecido controle de capitais procedente da percepção keynesiana.

A prerrogativa precedente traz, a rigor, uma preocupação em garantir mínima autonomia nacional dada a fragilidade da periferia mundial diante da instabilidade financeira, cuja particularidade repousa na tentativa de minorar os efeitos financeiros e ampliar a produção nacional, fortalecendo o quadro das especificidades de cada nação, economicamente, socialmente e politicamente, daí a exposição deste quadro analítico que viabiliza convergir Minsky (1986) e Mignolo (2005).

Portanto, os elementos teóricos antes apontados carecem de uma mais adequada sistematização a fim da construção de uma síntese, isto é, os traços conceituais recuperados permitem lançar mão de limites presentes nas literaturas sociológicas e econômicas, cuja expectativa preconiza suscitar um esboço analítico acerca da vinculação dos seguintes aportes, a saber: colonialidade do poder, saber, ser e de gênero diante da deterioração dos termos de troca e desintegração internacional combinada com a causação circular e acumulativa.

Com efeito, a hipótese deste artigo sustenta que as perspectivas teóricas de colonialidades de poder, saber, ser e gênero permitem vincular seus contornos ao previsto nos traços apresentados pelo modelo da deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa conjuntamente à desintegração internacional, demonstrando que os fatos culturais revelam explicitações não desprezíveis no sentido de garantir a reprodução das assimetrias mundialmente.

O objetivo do trabalho procura examinar, sumariamente, a possibilidade de síntese e construção de um esboço de modelo de análise marcado pela associação dos conceitos de colonialidades de poder, saber, ser e gênero e as ideias da deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa ligada à desintegração internacional.

Metodologicamente, trata-se de um estudo explicativo e com pretensões de formulação de um modelo analítico preliminar combinando teorias bastante dissipares, mostrando, todavia, traços suficientemente capazes do estabelecimento de ligações comuns e passíveis da pretensão aqui circunscrita.

Em suma, este artigo se encontra dividido em mais 4 itens além da introdução. A seguir são discutidos os aspectos da ideia de colonialidades de poder/saber/ser e gênero; posteriormente, é pretensão apresentar contornos acerca das teorias da deterioração dos termos de troca e hipótese da causação circular e acumulativa em convergência à desintegração internacional; na sequência é preocupação explicitar um desenho preliminar de um modelo de análise, resguardando à última seção o desenho das considerações finais.

2 COLONIALIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS CAPITALISTAS

Este tópico tem a prerrogativa de discutir, ainda que de forma bastante sintética, aspectos sobre o conceito de colonialidade ligado ao poder, saber, ser e gênero, adicionalmente, uma questão decorrente trata de certos desdobramentos culturais em uma perspectiva de difusão mundialmente, gerando ampliação no processo de imposição das culturas mais fortes diante das menos favorecidas, combinando tais nuances ao terreno econômico que se robustece pelo fenômeno da globalização.

Quijano (2005), por sua vez, prescruta nuances envoltas nas relações de dominação raciais, isto é, os povos europeus conquistadores da porção americana do globo passam a exercer sua imposição cultural, estabelecendo modificações profundas imputadas aos habitantes nativos da região, reproduzindo elementos exploratórios sintomaticamente importantes, compatibilizando aos cenários de exploração/expropriação do capital diante do trabalho.

O autor supracitado sugere haver, via de regra, uma perspectiva de colonialidade marcada pelo monopólio do conhecimento e utilização da força física, subordinando os povos nativos a ofertarem sua força de trabalho na modalidade não paga, em outras palavras, os indígenas passam a desenvolver atividades forçadas na condição de servos, dizimando parcela substancial da população, excedendo aos elementos caracterizados pela transmissão de doenças e/ou pelo uso da força física carregada de sentido da letalidade propriamente dita.

Reforce-se, categoricamente, que o domínio do conhecimento e força física observados no momento da colonização é reproduzido na atualidade, ou seja, a percepção de monopólio do saber europeu e a capacidade bélica atribuída aos países centrais, peculiarmente aos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) transmite realces de vigor decolonial não desprezível.

Quijano (2005), peculiarmente, deixa transparecer que as diferenças raciais demarcam como realces de relevância interculturais a possibilidade dos principais cargos nas colônias serem transmitidos a porções de lideranças locais já existentes, favorecendo a poucos agentes nativos e reservando aos demais trabalhos forçados, além do alijamento das mulheres a condições ainda mais subalternas, legitimando um modelo historicamente constituído desde o período colonial.

A legitimidade antes apontada realça traços não desprezíveis, quer dizer, o autor em tela permite observar que o contexto mundial posterior a II Guerra Mundial viabiliza nuances de uma notável separação global, de um lado países desenvolvidos (predominantemente brancos) vis-à-vis nações “subdesenvolvidas” (de predomínio dos não brancos), reforçando cenários não negligenciáveis ao contexto aqui considerado e compatível às explicitações contidas nos escritos de Gunnar Myrdal recuperadas por Silva (2021).

Quijano (2005) traz como contribuição *sui generis* a esta pesquisa, dentre outros, aspectos segregadores de europeus e não europeus, ocidente vis-à-vis oriente, detentores do poder científico em oposição aos míticos nativos, imaginário do homem branco superior aos demais povos reconhecidos como subalternos, sistematizando características notáveis de dominação europeia diante dos latino-americanos de forma mais representativa.

Antes, porém, uma percepção teórica ainda se faz necessária, ou seja, Lugones (2020) passa a dialogar com Quijano (2005), onde ambos procuram observar nuances associadas ao

processo de colonialidade do ser no sentido da configuração de relações binárias, dicotômicas e hierárquicas, sistematizando em um contexto interseccional constatado no âmbito social de áreas como o Brasil.

Ressalte-se, via de regra, que a colonialidade do ser reproduz nuances de sinalização onde o homem branco e heterossexual exerce seu domínio diante das demais categorias étnicas e gênero. Logo, as condições observadas para mulheres não brancas alcançam patamares contundentemente desfavoráveis, demonstrando a soberania do homem sobre a mulher, do branco sobre o não branco e dos heterossexuais vis-à-vis homossexuais.

É importante mencionar, a rigor, que este cenário de interseccionalidade repercute nas demais dimensões da vida, denotando, na leitura de Lugones (2020), a existência de desumanidades procedentes deste cenário destoante de Quijano (2005), em que se possibilita alicerçar a admissibilidade dos fatores biológicos como determinantes dos gêneros.

Um aspecto de notável importância decorre de Appadurai (1999) e Mignolo (2005), os quais consideram o fenômeno da globalização como fator sumamente significativo a fim de colocar em contato diversas culturas fundamentalmente diferentes, quer dizer, a celeridade tecnológica, financeira, ideológica, midiática e étnica apontadas por Appadurai (1999) reforça, tendencialmente, um movimento eurocêntrico iniciado desde as origens das chamadas grandes navegações dos séculos XV e XVI.

O exposto é emblemático, pois a colonialidade do ser e gênero discutida nos estudos de Quijano (2005) e Lugones (2020) sublinha haver meios de transmissão da figura do "homem ideal" antes descrito em seu fenótipo como o marco de superioridade capaz de impor aos demais povos uma subordinação estendida nas diversas dimensões da vida, economicamente, socialmente, etnicamente, politicamente, etc.

Para tanto, um argumento teórico se faz necessário, a saber: a hipótese da causação circular e acumulativa. Myrdal (1960) esclarece que a enfatizada suposição diz respeito ao fato de que os distintos fenômenos sociais tendem a uma ampliação cumulativa em termos do alargamento das assimetrias, ricos e pobres, inteligentes e não inteligentes, educados e não educados, fortes e fracos, dentre outros.

Myrdal (1965), por sua vez, apresenta como uma evidência empírica realces comportamentais dos grupos sociais norte-americanos, onde brancos e negros exprimem padrões dissipares de consumo, níveis de limpeza e sujeira, disciplina e indisciplina, costumes mais ou menos aceitáveis socialmente, dentre outros, demonstrando características de dominação do homem branco diante dos não brancos, fortalecendo assimetrias já destacadas em Quijano (2005) e Lugones (2020).

O argumento conceitual prévio é sintomático, em outras palavras, a percepção de Gunnar Myrdal encontra substância na leitura binária resgatada no trabalho de Lugones (2020). Entretanto, a dicotomia não expressa tão somente uma visão biológica e sim uma conotação contrária e cumulativamente alargadora das diferenças, acrescentando ao modelo analítico traços complementares não desprezíveis e passíveis de explicitar uma contribuição a ser verificada na seção 4 deste artigo.

3 NOTAS SOBRE A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E CAUSAÇÃO CIRCULAR E ACUMULATIVA

Esta seção procura discutir, sumariamente, um par conceitual relacionado à ideia de deterioração dos termos de troca em uma perspectiva internacional e seus desdobramentos acumulativos e desintegradores, constituindo no complemento com o anteriormente desenvolvido e que deve lançar as bases centrais ao modelo pretendido por ocasião da construção desta pesquisa de cunho exclusivamente teórico.

Inicialmente, Prebisch (2000) ressalta que o mundo é constituído por países centrais e periféricos particularmente, onde os primeiros são desenvolvidos e industrializados, importadores de produtos ligados ao setor primário e exportadores de itens com elevado valor agregado (alta elasticidade renda das exportações).

O hiato econômico se dá, fundamentalmente, na leitura do autor supracitado na alternativa periférica marcada pela reunião de países não desenvolvidos, substancialmente envoltos em características exportadoras de bens primários e importadores de itens industrializados, demarcando uma flagrante diferenciação mundialmente.

Moreira (2012), via de regra, ressalta haver uma relação bastante relevante decorrente das diferenças internacionais, a qual se refere ao fato de que países desenvolvidos apresentam escala de produção mais alta comparativamente a porções periféricas, de maneira que os preços internacionais, relativamente, são mais competitivos e, portanto, geram ganhos de escala das nações ricas vis-à-vis pobres.

O posicionamento teórico anterior, na verdade, remonta haver uma percepção de hiato internacional procedente da produtividade dos fatores de produção (capital, terra e trabalho), onde as relações globais mostram forte tendência a uma explicação da diferenciação meramente econômica, ou ainda um aspecto simplesmente marcado pelo sistema de preços enquanto detentor do poder em gerar e alargar as distinções, cuja reversibilidade pode ser proveniente, tão somente, do aumento de produtividade dos fatores de produção.

Silva (2021), contrariamente, procura demonstrar que o quadro anterior capaz de reverter desigualdades internacionalmente é produto, fundamentalmente, das forças de mercado. Nesse sentido, o autor supracitado revela que a prerrogativa da teoria da deterioração dos termos de troca perpassa pela intervenção mais efetiva do setor público, onde as políticas de governo devem circunscrever traços protecionistas, a exemplo das taxas múltiplas de câmbio, seleção de itens para importação, estímulo ao crescimento industrial nacional, constituindo no modelo desenvolvimentista tão representativo no Brasil entre as décadas de 1930 e 1980, conforme contribuições de Medeiros e Serrano (2001) e Cano (2017).

Os trabalhos previamente apontados sinalizam coexistir uma tendencial relação das transações correntes e o ritmo da atividade econômica, ou seja, caso as exportações excedam as importações, a economia deve crescer em virtude da demanda externa, além do quadro favorável proveniente da industrialização interna estimulada pela demanda nacional pelos produtos fabricados domesticamente.

Entretanto, Lima e Silva (2017) demonstram que há uma condição teórica fundamental explicativa para o funcionamento das políticas cambiais enquanto medidas protecionistas, a exemplo da condição de Marshall Lerner que considera a taxa de câmbio real procedente da taxa cambial nominal descontada a inflação vigente.

A satisfação da premissa anterior ocorre quando a taxa de câmbio real deprecia/desvaloriza no sentido de aumentar a quantidade de unidades de moeda nacional para comprar uma unidade de moeda de curso internacional (equivalente geral capaz de propiciar trocas internacionalmente), cujo resultado esperado é o incremento de exportações e diminuição de importações, havendo uma reversão do quadro com a apreciação/valorização cambial consistente com efeitos contrários ao antes apontado.

Assim, a premissa da condição de Marshall Lerner preconiza haver uma tendência da taxa de câmbio em orientar os movimentos de fluxos de bens e serviços entre os países, de sorte que aquelas nações periféricas para obterem ganhos de desenvolvimento economicamente, a rigor, dependem da atuação estatal na condução da política econômica via câmbio a fim de conservar as transações correntes superavitárias, estimular o crescimento industrial doméstico, elevar a elasticidade renda das exportações (itens exportados com maior conteúdo tecnológico), gerar efeitos de ganhos de renda por parte dos agentes econômicos privados (empresas e famílias).

Adicionalmente, Minsky (1986), o qual assistido teoricamente por Carvalho *et al*. (2024), exprime existir a denominada hipótese da instabilidade financeira marcada, fundamentalmente, pela ideia de mudança comportamental (comportamento de manada) em que os agentes modificam suas decisões financeiras de acordo com as tendências de prosperidade vis-à-vis crise no sistema capitalista, geralmente provenientes de aspectos não econômicos.

Uma explicitação plausível procede, via de regra, da existência de ciclos financeiros sucessivos, onde na prosperidade há uma tendência dos agentes aumentarem a aquisição de ativos financeiros como ações, revertendo o quadro nos momentos de crise, cujo reflexo proporciona vendas mais vultosas de ativos financeiros a fim da elevação da liquidez através de meios monetários, conforme apontam Lourenço (2006) e Silva e Moura (2023).

Faz-se necessário recordar, a partir da leitura de Ferreira, Silva e Souza (2019), que o câmbio varia em função do volume mais ou menos elevado das chamadas divisas internacionais, quer dizer, no momento de prosperidade destacado por Silva (2017) há um ingresso significativo de capitais financeiros que apreciam/valorizam a taxa de câmbio, havendo efeito invertido na crise mediante a fuga de capitais impondo a moeda nacional uma depreciação/desvalorização frente à moeda rotulada como conversível mundialmente.

Assim, esses elementos demonstram, a rigor, que a economia capitalista defendida por Prebisch (2000) se depara com perspectivas bastante representativas, isto é, as diferenças entre países desenvolvidos e não desenvolvidos, provavelmente, demandam mais elementos analíticos além do debate acerca da taxa de câmbio como promotora dos impulsos desenvolvimentistas, segundo traços de Bresser-Pereira (2020).

Para tanto, uma leitura eurocêntrica perpassa pela compreensão das destacadas percepções de Gunnar Myrdal apresentadas por Silva (2021), ou seja, o autor supracitado recupera do teórico um olhar marcado pelas perspectivas culturais europeias no sentido de alargamento das diferenças entre países ricos e pobres, cujo realce denota haver uma desintegração internacional suficientemente elevada ao nível de um tendencial movimento assimétrico cumulativamente, conforme destaques de Myrdal (1967).

Silva, Machado e Ferreira (2021) combinam os modelos explicativos de Myrdal e Max Weber na admissibilidade do protestantismo europeu, em outras palavras, os autores clássicos

mencionados sustentam que o calvinismo mais precisamente infunde, provavelmente, um comportamento acumulador capitalista circunscrito na doutrina da predestinação decorrente da lógica religiosa antes enfatizada, ampliando as diferenças gradualmente, a partir da hipótese teórica de causação circular e acumulativa já destacada no trabalho.

Portanto, a vinculação da hipótese da causação circular e acumulativa e a prerrogativa da deterioração dos termos de troca sinaliza, precisamente, uma condição de existência de diferenças regionais mundo a fora e, consequentemente, uma tendencial ampliação das assimetrias, não se resumindo ao quadro econômico decorrente da leitura cepalina. Entretanto, a combinação conceitual deve revelar traços relevantes e passíveis de aplicabilidade em países regionalmente distintos como o Brasil.

Em suma, a combinação teórica precedente requer a inclusão, categoricamente, da perspectiva financeira internacional na condição de fator preponderante para o alargamento substancial das áreas economicamente dissipares, de maneira que o fortalecimento das desigualdades provoca a conservação dos traços eurocêntricos diante do quadro periférico, sendo de bom alvitre tecer contornos acerca do esboço analítico envolto no modelo aqui pretendido e que se encontra discutido a seguir.

4 NOTAS ANALÍTICAS DA RELAÇÃO DA DECOLONIALIDADE E ASSIMETRIA ECONÔMICA INTERNACIONAL

Este item almeja discorrer, ainda que brevemente, acerca da tentativa de sistematizar uma explicação conceitual procedente da existência na literatura da ideia de colonialidade do poder, saber, ser e gênero, além das forças de mercado alargadoras das diferenças econômicas mundialmente, apoiando a construção a partir de diversos atributos teóricos já enfatizados anteriormente no trabalho e que devem ser articulados a partir de agora.

Quijano (2005), de acordo com as nuances revisitadas no artigo em curso, a rigor, demonstra haver um domínio do conhecimento e força física do europeu diante das diferentes regiões do globo, cuja globalização apontada por Mignolo (2005) reforça a tendência de ampliação das assimetrias entre países, convergindo aos aspectos extraídos de Myrdal explicitados no estudo teórico de Silva (2021).

Com quanto, os realces anteriores sinalizam coexistir traços esclarecedores do fortalecimento das distinções da economia capitalista em escala internacional, onde o sistema financeiro descrito nos trabalhos de Silva (2017) e Silva e Moura (2023) ressaltam elementos cruciais no processo de causação circular e desintegração internacional sustentados nas leituras de Myrdal (1960; 1967).

De fato, a perspectiva da hipótese da instabilidade financeira de Minsky discutida por Lourenço (2006) e Carvalho *et al.* (2024), via de regra, remonta haver uma condição de cíclicas instabilidades econômicas mundialmente, pois no momento que há turbulências internacionais os agentes se deparam com um ambiente bastante incerto, exigindo tomadas de decisão marcadas pela busca da redução dos vieses implausíveis no sentido das perdas financeiras, implicando na migração dos capitais das zonas periféricas ao eixo econômico central.

Dito melhor, Minsky (1986) aponta que a característica cíclica da economia capitalista se relaciona com as diferentes fases, onde o momento próspero revela busca dos agentes em

demandar ativos financeiros e diminuir a liquidez na forma de moeda, havendo uma reversão nos instantes de crise no sentido da venda dos ativos financeiros e procurando liquidez imediata, impactando dramaticamente no sistema financeiro, a exemplo da grave instabilidade global em 2008.

Com efeito, Silva, Souza e Ferreira (2023) atestam existir a denominada teoria institucionalista, dentre as vertentes integrantes, há a escola da Nova Economia Institucional (NEI) que é o *mainstrean* econômico institucionalista, tendo por seu principal expoente Douglass North, cuja sistemática constante no modelo de análise perpassa pela consideração de instituições formais (leis escritas) e informais (valores, cultura, costumes, dentre outros), sinalizando ocorrer um parâmetro deveras impertinente: a instabilidade financeira capitalista previamente mencionada.

O realce anterior preconiza, necessariamente, a presença de agentes que decidem valorizar seus capitais através das taxas de juros espalhadas pelo sistema econômico mundo a fora, de maneira que tais escolhas procedem do quadro institucional mais ou menos robusto (instituições maduras), aspectos culturais do país (maior tendência à credibilidade dos Governos), além do *habitus*, na leitura de Bourdieu (2009), que delimita as experiências acumuladas ao longo do tempo.

Portanto, os apontamentos sublinham que o sistema capitalista alcança padrões comportamentais muito mais amplos que a mera percepção da teoria da deterioração dos termos de troca, ou ainda notas analíticas de um tendencial equilíbrio macroeconômico de longo prazo mundialmente, cujos preços proporcionam ajustes capazes de trazer ao ótimo paretiano todas as variáveis examinadas, a exemplo dos padrões de desenvolvimento entre países ricos e pobres, de acordo com alguns apontamentos teóricos procedentes da síntese resgatada por Silva (2021).

Admitindo um sentido diverso, a rigor, a perspectiva da colonialidade e seus desdobramentos antes discutidos circunscrevem um cenário bastante *sui generis*, quer dizer, os traços de dominação eurocêntrica abrem novos flancos analíticos, pois o processo de movimentação dos capitais pode alterar até a estrutura produtiva e, consequentemente cultural, demarcando quadros de relacionamento econômico e social procedentes das mudanças globais.

A explicitação do antes postado é emblemática, ou seja, Carneiro (2002) mostra que o Brasil e os países periféricos, em particular a América Latina, apresentam índices de endividamento interno e externo expressivos, impactando em um forte processo de privatizações e ajustes mediante a abertura econômica, permitindo retrocessos produtivos da ordem de uma "especialização regressiva", fortalecendo os laços de ampliação das desigualdades econômicas e culturais internacionalmente e de forma cumulativa.

Ressalte-se, via de regra, que Silva (2009) assume uma característica teórica crucial ao entendimento deste processo alargador das distinções internacionalmente, a saber: a hipótese da teoria Novo-Clássica associada cláusula "como se". Klamer (1988), necessariamente, mostra que os agentes devem se comportar em uma perspectiva de previsibilidade onde os Governos apenas surpreendem os agentes quando tomam decisões inesperadas, perdendo a denominada credibilidade decorrente desse eventual comportamento.

O aspecto anterior é emblemático no sentido da importância do fator ser "crível", quer dizer, os países considerados desenvolvidos possuem instituições mais maduras (regras com maior credibilidade), onde o resultado prático gera aceitação nos discursos dos líderes e, evidentemente, inibição em cenários de turbulência a partir de contornos especulativos a fim de

não haver maiores fugas de capitais com repercussões nas contas externas e internas consequentemente, afetando o ambiente macroeconômico de maneira menos contundente.

Silva (2022), Silva, Souza e Ferreira (2023) e Silva e Moura (2023) sustentam os termos antes mencionados e, por conseguinte, possibilitam haver um mergulho em circunscrições decoloniais, onde as relações de dominação e subserviência entre países, via de regra, deixa lacunas bastante sintomáticas passíveis da admissibilidade dos contornos teóricos tão pronunciados aqui assumidos, a exemplo da colonialidade do poder, saber, ser e gênero.

De forma mais clara, os desdobramentos decoloniais possibilitam evidenciar nuances bastante sintomáticas, ou seja, as distinções econômicas apresentam fragilidades analíticas importantes na medida que se exclui da análise atributos vinculados ao poder, saber, ser e gênero destacados por Quijano (2005) e Lugones (2020).

Os autores deixam transparecer a ideia de Quijano na leitura do poder, tanto na perspectiva da força física como no terreno do conhecimento, de sorte que a ligação aqui assumida traz, via de regra, uma questão procedente da percepção de credibilidade, onde os capitais financeiros olham para a estrutura não apenas econômica, mas para contornos instáveis politicamente, socialmente e culturalmente, daí aceitar haver tendências decoloniais no sentido da compreensão de incapacidade administrativa dos Estados periféricos.

Acrescente-se, oportunamente, que a questão financeira em escala global encontra algumas intersecções teóricas, isto é, Minsky (1986), Appadurai (1999) e Mignolo (2005) suscitam uma percepção importante, em que os capitais supranacionais migram entre os vários países do mundo buscando maior rentabilidade, cujos reflexos neste terreno globocêntrico sustentam uma forte dependência da periferia diante das decisões do centro econômico mundial.

Entretanto, as nuances prévias ressaltam haver notáveis sobressaltos mediante o denominado panorama financeiro mundial apontado por Appadurai (1999), onde a articulação traduz haver o trânsito cultural no qual a cultura eurocêntrica se destaca, impondo aos povos periféricos, especialmente uma prerrogativa do seguinte arcabouço étnico racial, a saber: as diferenças de credibilidade a fim da garantia da estabilidade econômica.

Afinal, o corolário antes exposto esmiúça, categoricamente, que os capitais financeiros em particular, ou mesmo os produtivos somente investem nas modalidades enfatizadas a partir de garantias institucionais mais sólidas, peculiarmente devido a uma trajetória histórica marcada por nuances sintomáticas de frágeis administrações políticas e econômicas, convergindo a um modelo de particularismo próprio de áreas não desenvolvidas, segundo contribuições de Silva e Ferreira (2021).

Os autores supracitados trazem a esta reflexão, na verdade, nuances conceituais de Sérgio Buarque de Holanda procedentes do clássico “Raízes do Brasil”, cujos destaques mostram flagrantes elementos de reduzida credibilidade decorrente de um particularismo e indolência laboral dos agentes brasileiros, sendo um fator não desprezível constante no Brasil enquanto nação representativa na porção periférica do mundo.

Adicionalmente e, com reverberações ainda mais contundentes, nota-se ser decorrente da assimetria dos acessos financeiros demarcadores de áreas racialmente diferentes, onde os brancos europeus e anglo-saxônicos revelam dominação diante dos demais povos, sinalizando coexistir uma relação racial e da propriedade dos capitais (financeiros ou não), compatibilizando com nuances teóricas advindas de Myrdal (1965) e Carneiro (2002).

Em resumo, os autores sustentam que os capitais direcionados à porção latino-americana são de cunho financeiro e, consequentemente, fortemente voláteis, os quais demonstram a desintegração internacional e, consequentemente, a persistência de um processo acumulativo alargador das diferenças, não sendo casual europeus e anglo-saxônicos proprietários dos meios financeiros e decisores do quadro econômico mundial.

O até então apontado, na recuperação teórica de Silva, Machado e Ferreira (2021), apoia-se em Gunnar Myrdal quando esse atribui ao ritmo econômico diferenciado e, cumulativamente ampliado os padrões culturais protestantes de espírito empreendedor, acentuando coexistirem tais origens diferenciadas, sendo plausível convergir Myrdal e Quijano na prerrogativa do poder e ser decoloniais.

Em suma, os autores permitem a extração da seguinte conclusão: o processo cumulativo e que é alargador das diferenças mundialmente, na verdade, sustenta que os elementos eurocêntricos introjetam no imaginário dos nativos periféricos arcabouços culturais profundamente destoantes dos costumes locais, havendo uma imposição cultural entendida como mais adequada (relação de subordinação), a partir da leitura complementar de Appadurai (1999).

Adicionalmente ao processo antes ressaltado, a causação circular e acumulativa de Myrdal requer um esclarecimento da ampliação das assimetrias internacionais, a rigor, a própria percepção de Appadurai (1999) ao considerar os diversos panoramas ligados às finanças, ideologia, mídia, etnia e o progresso tecnológico constituintes do seu modelo demanda um passo teórico sustentador, a saber: o conceito de destruição criativa de Schumpeter (1961).

O autor supracitado circunscreve, necessariamente, a ideia de que os agentes convivem com ciclos de vida de produtos e tecnologias, cuja preocupação é continuamente substituir técnicas já anacrônicas por outras mais avançadas, de sorte que a destruição criativa é o incentivo sistêmico capitalista a fim de elevar o grau da produtividade dos fatores apoiado na sucessão de inovações tecnológicas.

O conceito apontado descreve, categoricamente, que países mais desenvolvidos são dotados de panoramas, na leitura de Appadurai (1999), marcados pelo forte incremento de técnicas modernas e melhores comparativamente ao vislumbrado na periferia, convergindo às hipóteses formuladas pela deterioração dos termos de troca apresentadas por Prebisch (2000).

Portanto, outra conclusão significativa no artigo decorre, necessariamente, da combinação teórica de Myrdal, Prebisch, Schumpeter, Appadurai e Quijano, pois esse último ao suscitar a ideia de colonialidade do saber permite que o conhecimento científico propagado na perspectiva eurocêntrica reproduza nuances periféricas bastante representativas, pois além da diferenciação cabal científica entre europeus e latino-americanos, bem como o espírito empreendedor já mencionado, há a incorporação cultural de demandas por inovações tecnológicas importadas dos centros decisórios internacionais.

De forma mais clara, o processo substitutivo de importações defendido fortemente pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) pretende estimular o crescimento industrial dos países periféricos, ou seja, o aumento da produção em torno da indústria prever a importação de recursos de capital para semelhante finalidade, não se constituindo em políticas de Estado mais abrangentes no sentido de elevar o desenvolvimento inovativo tecnológico e, fundamentalmente, reduzir as disparidades internacionais mediante a formulação de políticas econômicas nacionalistas.

Assim, torna-se cabível destacar, via de regra, a relação entre a colonialidade do ser e as dinâmicas culturais peculiares latino-americanas, cuja preocupação procede da tentativa de descrever, a partir da relação da colonialidade do ser e alguns conceitos sociológicos brasileiros uma aproximação conceitual não desprezível, a saber: a subordinação cultural latino-americana devido ao forte particularismo social e pronunciada indolência laboral.

Para tanto, Silva e Ferreira (2021) realizam esquema analítico de não negligenciável significado, isto é, os autores resgatam em Sérgio Buarque de Holanda determinados atributos explicativos decorrentes do modo comportamental do brasileiro, o qual é indolente dotado do chamado "espírito aventureiro", cuja circunscrição demonstra reduzida capacidade laboral comparativamente ao homem europeu, traçando uma dicotomia: homens brancos proativos vis-à-vis homens nativos com reduzida produtividade.

O antes explicitado viabiliza, categoricamente, que a perspectiva cultural no Brasil e que pode ser adaptada para zona periférica (ao menos na compreensão do autor deste artigo) remonta, peculiarmente, um viés de pessoalismo como caso *sui generis*, pois Quijano (2005) ao resgatar traços de dominação do homem branco diante do nativo, o que pode ser problematizado procede das características ainda hoje indolentes, particularistas e fortemente dependentes do Estado para fomentar o desenvolvimento nacional, sendo flagrante os traços diferenciadores sintetizados nestas literaturas.

Afinal, outra conclusão relevante descreve que a colonialidade do ser sugere realces eurocêntricos capazes de ofertar padrões culturais supostamente mais adequados, a exemplo da maior produtividade laboral, perspectiva empreendedoras fundamentalmente, garantias institucionais maduras com reflexos mais críveis para os capitais aplicarem financeiramente ou investirem produtivamente.

Resta destacar, via de regra, a prerrogativa da colonialidade de gênero, onde Lugones (2020) problematiza Quijano (2005) acerca da perspectiva biológica de gênero dessa última leitura, de sorte que a inclusão de mulheres, negros e pessoas com diversidades na orientação sexual destoante da heterossexualidade remontam alguns pontos sintomáticos e que reforçam o até então exposto.

Com quanto, Ferreira, Silva e Medeiros (2022) realizam teste empírico acerca da discriminação salarial no estado da Bahia e a capital soteropolitana em 2017, cujos autores lançando mão de um procedimento metodológico quantitativo mensuram existir notável assimetria nos espaços geográficos mencionados, ressaltando persistir diferenças salariais entre brancos e não brancos, homens e mulheres, apenas constatando certa variação nas mulheres brancas que apresentam ganhos salariais melhores aos homens não brancos.

O caso apontado é emblemático, quer dizer, as perspectivas raciais e de gênero encontram no exemplo empírico enfatizado a conservação da dominação racial de gênero, sendo pertinente assumir como hipótese: a colonialidade de gênero revela a continuidade das distinções, remontando uma espécie de construção analítica *sui generis* aqui proposta.

Portanto, a colonialidade do poder, saber, ser e gênero encontram apontamentos sumarizados como se segue diante da literatura em diálogo vinculada ao quadro acumulativo e desintegrador mundialmente:

i. A origem do domínio capitalista a partir de meados do século XIX e ampliação durante o século subsequente procede de gêneses religiosas fundamentadas no protestantismo, a partir da compreensão aqui presente.

ii. Uma vez havendo a dominação econômica originada culturalmente, a rigor, a globalização reforça incalculavelmente as diferenças econômicas mundiais, ampliando cumulativamente as distâncias entre países ricos e pobres.

iii. A financeirização produz um ambiente internacional desintegrado e com um grau de vulnerabilidade periférica muito superior ao quadro circunscrito no Processo de Substituição de Importações (PSI) vislumbrado até meados do século XX, havendo uma tendência a insuficiência da política econômica (especialmente cambial) para reversão do quadro cumulativamente assimétrico entre países.

iv. A perspectiva econômica torna ainda mais flagrante o cenário decolonial ligado ao poder, pois nações mais desenvolvidas passam a exercer maior influência nas decisões que repercutem mundialmente, a exemplo da definição das taxas de juros nos Estados Unidos e Zona do Euro, implicando em notáveis impactos macroeconômicos pelas instabilidades financeiras por tais aspectos provocados, atendendo aos anseios do capital presente nos centros decisórios globais.

v. Acerca da colonialidade do saber há, via de regra, uma tendência cumulativa de que países desenvolvidos (europeus ou anglo-saxônicos) possuam a posse do conhecimento tecnológico, onde a anacronia periférica marcada pela perda de volumes industriais no sentido dos processos decisórios, provavelmente podem ter fugido dos países latino-americanos (por exemplo) devido às privatizações (transferência do centro decisório para os países ricos) que tendem a aumentar as desigualdades internacionais, ampliando a causação circular e acumulativa.

vi. A colonialidade do ser remonta, por sua vez, sintomáticas prerrogativas do desejo pelo homem ideal, pois mesmo diante de um contexto de notável avanço do bojo das questões de gênero e raça (ainda iniciais), o que salta aos olhos procede do consumo da população periférica aspirar bens com maior elasticidade renda das exportações, ou seja, o consumo conspícuo apontado por Veblen (1988) denota reproduzir nas áreas não desenvolvidas traços culturais eurocêntricos no sentido dos agentes buscarem consumir itens tecnologicamente mais avançados, repercutindo em nuances intrarregionais equiparáveis ao quadro internacional.

vii. Finalmente, a colonialidade de gênero revela a conservação do modelo patriarcal dominante do homem branco europeu, incutindo no imaginário periférico a reprodução ainda atual das nuances provenientes da fase colonial subsequente às grandes navegações dos séculos XV e XVI, explicitando a relevância da prerrogativa aqui salientada.

Afinal, os traços aqui sumarizados circunscrevem esforços reflexivos que tomam literaturas bastante distintas e procura estabelecer relações conceituais de forma particular, onde o esboço analítico aqui pretendido permite o alcance da aceitação da hipótese do estudo, pois as expectativas quanto aos contornos econômicos internacionais e as prerrogativas culturais combinadas sustentam uma não negligenciável vinculação ao conceito de decolonialidade nas suas diversas dimensões, suscitando alguns esclarecimentos derradeiros na seção seguinte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento deste artigo, o qual teve como objetivo a preocupação em analisar, via tentativa de síntese teórica, a articulação conceitual entre os aportes colonialidade

de poder, saber, ser e gênero diante dos aspectos ligados à deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa associada à desintegração internacional, constituindo em nuances bastante interessantes no sentido do esboço de um modelo de análise preliminar a partir desta complementariedade teórica.

Assim, uma primeira questão trouxe a relação internacional desintegrada e ampliada cumulativamente, onde os europeus apresentaram traços de superioridade frente aos demais povos, especialmente os nativos colonizados desde meados dos séculos XV e XVI. Logo, o caráter eurocêntrico ganhou ares de diferenciação no momento que o caráter religioso calvinista incutiu o aspecto da aceitação da riqueza como graça divina, suscitando o espírito empreendedor capitalista.

Os fundamentos originários nas leituras de autores como Max Weber e Gunnar Myrdal revelaram, necessariamente, características de prolongamento da análise de diferenças globais, cuja teoria da deterioração dos termos de troca circunscreveu haver países centrais (ricos) vis-à-vis periféricos (pobres), sendo pertinente defender políticas econômicas manifestas no câmbio como medidas plausíveis para tentativa de redução das distinções internacionalmente.

Entrementes, a vulnerabilidade externa mais contundente na zona periférica mundial, a rigor, foi deveras fortalecida pelo profundo aumento no cenário da globalização, onde os capitais financeiros passaram a ser protagonistas e, consequentemente, o rentismo se configurou como eixo principal em detrimento ao terreno produtivo, tornando as áreas mais pobres muito mais reféns do poder emanado do centro econômico capitalista global, além de tornar a eficácia da política econômica (monetária e principalmente cambial) substancialmente menos robusta.

Com efeito, o antes descrito esmiuçou existir uma possibilidade de complementariedade dos referenciais precedentes e a ideia decolonial, em que a colonialidade do poder exerceu um papel de notável importância no sentido de explicar como os decisores internacionais formularam e executaram políticas mundo a fora, afetando a periferia na medida que o movimento dos capitais financeiros tornou a mencionada região mais sensível e, portanto, menos propensa ao ingresso de investimentos privados devido ao acréscimo substancial dos juros domésticos com implicações impertinentes sobre a indústria nacional.

A desaceleração econômica dos países periféricos se vinculou, consequentemente, ao processo de alargamento das assimetrias tecnológicas, de modo que o centro econômico global demonstrou a posse do conhecimento científico e os demais envoltos em progressos técnico/científicos anacrônicos, sistematizando haver razões teóricas esclarecedoras ao quadro tão distinto entre ricos e pobres, sendo um contexto cumulativo no tocante às diferenças apontadas.

No que tange à colonialidade do ser/gênero, observou-se uma dominação do homem branco europeu diante das demais tendências étnicas e uma predominância masculina frente às mulheres, constituindo na consolidação do arcabouço teórico discutido, onde os elementos resgatados nas literaturas distintas permitiram a construção de um esboço analítico das proporções aqui acentuadas.

Finalmente, este artigo descreveu traços sintomáticos acerca de conceitos relevantes na teoria sociológica e econômica, cuja explicitação sinalizou haver pertinência para a proposição de um modelo ainda preliminar, porém, determinados elementos foram devidamente assinalados, sendo plausível para trabalhos futuros acrescentar aspectos não evidenciados no estudo, a exemplo da ampliação da literatura adicionando notas teóricas políticas, sistematizar

traços decorrentes da leitura de política econômica de forma mais detalhada, além da eventual consideração de elementos empíricos capazes de sustentar a hipótese da pesquisa aqui desenvolvida e agora finalizada.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, M. (Org.). **Cultura Global:** nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes. 1999. p. 311-327.

BOURDIEU, P. Os modos de dominação. In: BOURDIEU, P. **O senso prático.** Petrópolis: Vozes, 2009. p. 203-225.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, n. 111, p. 51-79, 2020.

CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. **Revista Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2 (60), p. 265-302, 2017.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE/Unicamp, 2002.

CARVALHO, A. C.; *et al.* Hyman Minsky, Bancos Comerciais e a Governança Global: Entendendo a Regulação Prudencial no Contexto da Fragilidade Financeira. **Revista De Economia Mackenzie**, v. 21, n. 1, p. 244–278, 2024.

FERREIRA, F. D. da S.; SILVA, W. G.; MEDEIROS, E. H. O. de. Discriminação e diferencial de salário por gênero e raça para o estado da Bahia diante da capital Salvador em 2017. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 19, n. 1, p. 63–89, 2022.

FERREIRA, F. D. da S; SILVA, W. G; SOUZA, J. A. N. de. Preços macroeconômicos (câmbio e inflação) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Brasil: uma análise para o período 2011-2018. **Revista Documento e Monumento**, v. 27, n.1, p. 159182, 2019.

KLAMER, A. **Conversas com Economistas:** os novos economistas clássicos e seus opositores falam sobre a atual controvérsia em macroeconomia. São Paulo: Pioneira, 1988.

LIMA, E. P. C. de; SILVA, W. G. Exportações agrícolas em Alagoas e no Rio Grande do Norte e o cenário macroeconômico brasileiro. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 9, n. 4, p. 67-82, 2017.

LOURENÇO, A. L. C. de. O pensamento de Hyman P. Minsky: alterações de percurso e atualidade. **Revista Economia e Sociedade**, v. 15, n. 3 (28), p. 445-474, 2006.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MIGNOLO, W. D. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. **Libro:** A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set./2005.

MINSKY, H. **Stabilizing an Unstable Economy.** New Haven: Yale University Press, 1986.

MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 2 (127), p. 213-228, 2012.

MYRDAL, G. **O valor em teoria social.** Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

MYRDAL, G. **Perspectivas de uma economia internacional.** Rio de Janeiro: Saga, 1967.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns dos seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL.** Cepal-Record, v. 1. 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, W. G. Economias periféricas e a importância do funcionalismo público: uma discussão para o caso brasileiro. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 11, n. 1, 2022.

SILVA, W. G.; MACHADO, E. P. C. DE L.; FERREIRA, F. D. DA S. **Estado federativo brasileiro e a sustentação econômica via consumo:** a importância do funcionalismo público. Iguatu/CE: QUIPA Editora, 2021.

SILVA, W. G. Estado e políticas públicas na leitura de Gunnar Myrdal: uma análise de suas principais contribuições para análise atual. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 10, n. 2, p. 88-103, 2021.

SILVA, W. G.; SOUZA, J. A. N. de.; FERREIRA, F. D. da S. Finanças públicas municipais revisitadas: uma análise da influência institucional da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) antes e após a crise de 2008. **Revista Foco**, v. 16, n. 1, 2023.

SILVA, W. G. **Finanças públicas na nova ordem constitucional brasileira:** uma análise comportamental dos municípios potiguares nos anos antecedentes e posteriores à Lei de

Responsabilidade Fiscal (LRF). 2009. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2009.

SILVA, W. G.; FERREIRA, F. D. da S. Fundamentos sociológicos brasileiros e o funcionalismo público: uma leitura a partir da obra Raízes do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DO VALE DO AÇU: Crescimento econômico, emprego e reforma trabalhista no Brasil em tempos de pandemia, 2021. Assú/RN. **Anais...**, Brasil, 2021.

SILVA, W. G. **Fundo público e a programação e execução orçamentárias no Rio Grande do Norte:** Uma Análise a Partir do Plano Plurianual 2004/2015. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2017.

SILVA, W. G.; MOURA, J. M. DE. Política econômica no Brasil e finanças públicas estaduais: uma análise comparativa entre Rio Grande do Norte e Paraíba. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 06-21, 2023.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa:** Um estudo econômico das instituições. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ELIMINAÇÃO OU SALVAÇÃO: apontamentos a respeito dos Ensaios sobre população de Thomas Malthus

Gustavo Romero [1]

DOI: https://doi.org/10.36113/rec.v8i2.4446

Resumo: Este artigo discute os preconceitos gerais envolvidos na leitura do princípio malthusiano como um argumento em favor da eliminação do mais fraco. Argumenta-se que os mal-entendidos em torno dessa ideia atribuem uma postura univocamente pessimista a Malthus, seja negligenciando tanto seu credo religioso na infinita bondade da Deidade e na salvação irrestrita da humanidade, seja negligenciando sua crença no desenvolvimento mental enquanto analogia do trabalho divino na Terra. Conclui-se que a leitura atenta desses dois componentes permite interpretar o princípio malthusiano da população como um princípio de desacordo, e não defesa, do sofrimento perpétuo humano, e como indução à melhoria individual e ao progresso social em geral.

Palavras-chave: Teodiceia. Mente. Progresso

ELIMINATION OR SALVATION: notes regarding Thomas Malthus's Essays on population

Abstract: This article discusses the prejudices in general readings of Malthusian principle as a plea for elimination. It is argued that the misunderstandings around this idea assign a univocally pessimist stance to Malthus, either neglecting his religious faith in the infinite Deity's goodness and the overall salvation of humankind, either neglecting his important belief in mind improvement as the worldly work of Deity. It is concluded that an attentive reading of these two components allow the Malthusian principle to be interpreted as a principle of disagreement, but not of defence, to human perpetual distress, and as an induction to individual improvement and overall social progress.

Keywords: Theodicy. Mind. Progress.

JEL Codes:. B12, B31, Z12.

[1] Doutorando em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP), Mestrado em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP), Especialização em Administração de Empresas (FGV), Graduação em Economia (UNICAMP) e História (UNINTER). Docente e coordenador dos cursos de Ciências Econômicas e Comércio Exterior no Centro Universitário Faveni (UNIFAVENI). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5570-2670. E-mail: gustavoromero14@gmail.com.

Recebido em: 10/09/2024
Aceito em: 09/12/2024

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores inimigos do saber e fazer científico é o uso de rótulos, representação típica de atribuições apressadas a conteúdos difusos. A deliberação é fundamental à prática científica, mas não se pode confundir com um mal-entendido. Como aponta Gianetti da Fonseca, atribuições apressadas a conteúdos difusos contribuem para a formação de mal-entendidos, cuja orientação não é pelo desenvolver científico, mas pelo anulamento das ideias contrárias ou, o que é ainda pior, pela acrasia teórica, "distorção positiva do argumento ou conjectura ameaçadora" pela atribuição de valor *ad hoc* a certo conjunto de ideia proferidas por outrem, no claro intuito de "avançar por entre as linhas o inimigo e desfigurar seu pensamento transformando-o em adversário conveniente, mais controlável" (Fonseca, 2003, p. 197). Um dos episódios de acrasia documentados por ele é o mal-entendido a respeito da relação entre Thomas Malthus e a economia política.

Desde o verbete de Malthus na *Enciclopedia Britannica*, que caracteriza Malthus como um "economista pessimista [que] vê a pobreza como destino inescapável da humanidade" (MacRae, 2024), até a peremptória afirmação de Jonh M. Keynes sobre o quão "mais sábio e rico lugar seria o mundo hoje" se Malthus, e não David Ricardo, fosse o "pai" dos economistas do século XIX (Keynes, 1978, p. 100-101), as ideias malthusianas forneceram material para muitos mal-entendidos. Some-se a isso a relação que Charles Darwin estabeleceu, em sua autobiografia, entre a leitura dos *Ensaios sobre a população* no ano de 1838 e a elaboração definitiva de sua ideia de "luta pela sobrevivência" (Darwin, 1993, p. 120), e tem-se a combinação irresistível entre pessimismo e escassez. Malthus ingressa nos anais da história como promotor da "ciência lúgubre" (*dismal science*) da economia política e seu princípio da população como sinônimo de seleção e eliminação dos mais fracos.

Peter Bowler foi um dos autores a argumentar abertamente contra a vinculação entre seleção e eliminação. Segundo seu entendimento, a ideia de luta pela sobrevivência é ambígua em função do significado incompleto da palavra "luta", que pode indicar tanto a competição intraespécie (tipo de luta "a") por condições mais favoráveis de alimentação e reprodução, quanto a competição interespécie contra as condições mais ou menos favoráveis do ambiente (tipo de luta "b"). Malthus estaria ciente de que o tipo de luta "a" é potencializado pela sobrepopulação, mas também de que essa condição seria particularmente relevante a sociedades que ele considerou "primitivas". A distinção entre estágios de desenvolvimento social foi uma premissa metodológica largamente utilizada por autores europeus das mais variadas áreas de investigação. O que permite diferenciá-los é a forma específica como cada um compreendeu a transição entre esses estágios, ou qual o dispositivo motriz para que uma sociedade esteja em condições consideradas superiores a outra. As leituras superficiais da obra de Malthus sugerem, em sua opinião, uma compreensão restrita à perspectiva de luta "a" e, consequentemente, uma sociedade seria mais avançada que outra na medida que pudesse suprir mais ou menos materialmente sua população. Contudo, uma leitura mais cuidadosa indica uma apropriação indireta e que Malthus tenta investigar "qualquer traço da luta 'a' considerada como consequência da luta 'b'" (Bowler, 1976, p. 633)[2].

[2] Este artigo, assim como outras referências citadas ao longo do trabalho, foi consultado originalmente em língua inglesa. Como medida de fluência, todos receberam tradução própria para língua portuguesa.

A clivagem entre significados do conceito de luta permite uma apreciação crítica da obra malthusiana, não como denúncia das condições de eliminação da espécie humana, mas como um esforço de compreender as condições mais propícias ao desenvolvimento da mente humana. Ao interpretar o conceito de luta como um complexo de interações entre indivíduos e ambiente, é possível vislumbrar que competição não implica simples exercício de violência (seja pela luta letal direta entre indivíduos ou contra a irascibilidade da natureza), mas como um todo desafiador que apresenta condições diversificadas para o desenvolvimento de adaptações mais favoráveis ao desenvolvimento do caráter humano. Este artigo se propõe a uma análise detida das diversas versões dos *Ensaios* e, sem querer atuar politicamente em defesa de Malthus, extraí-lo do lugar comum pessimista a que se viu submetido como simples economista e situá-lo como teórico fundamental na trajetória moderna de compreensão do Ser humano.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A natureza desta investigação é qualitativa e baseada em pesquisa bibliográfica. Conforme apontado na Introdução, há uma preocupação prioritária com os significados e conceitos articulados e a possibilidade de interpretações múltiplas. Por esse motivo, esta pesquisa bibliográfica foi segmentada de maneira consecutiva: primeiramente, foi realizada uma leitura completa de todas as edições do *Ensaio sobre a população,* com vistas à identificação de conceitos que fossem reincidentes ao critério investigativo da obra. Isso implicou afastar a rotulação específica de economista político, comumente atribuída a Malthus, porque ela desvia a atenção da complexidade própria à tecitura do *Ensaio*. Importante lembrar que, publicado anonimamente em 1798, ele passou por substancial revisão e foi republicado – dessa vez com autoria identificada – em 1803, recebendo ainda sucessivas revisões em 1806, 1807, 1817 e 1826.

Com esse procedimento, busca-se inserir a compreensão dos significados dentro do próprio contexto linguístico e escrito por Malthus, o que aplica – ainda que de forma parcimoniosa – o critério de contextualização desenvolvido pelo reconhecido trabalho de Quentin Skinner (2002), para quem é necessário interpretar as "coisas como elas são". Essa diretriz conduziu ao segundo momento da pesquisa bibliográfica, em que se realizou uma varredura na literatura secundária sobre Malthus que também trabalhasse com a articulação entre conceito e significado e que também problematizasse o rótulo de economista político. Aqui se localizou a extensa pesquisa realizada por John Pullen, que há décadas investiga os condicionantes não especificamente econômicos do pensamento malthusiano, em linha à seminal investigação sobre Thomas Malthus conduzida por Donald Winch. Outros autores, identificados nas páginas que se seguem, também foram cotejados pela sua contribuição ao alargamento do escopo científico da obra malthusiana.

Essa revisão bibliográfica em duas etapas evidenciou diversas interações conceituais, dentre as quais duas se mostraram particularmente sensíveis: uma delas, entre os conceitos de mente, espora moral e salvação; a outra, entre mente, razão e progresso. Observe-se que ambas estabelecem paralelismo em torno do conceito de mente. Como se verá adiante, esses dois grupos conceituais serão desenvolvidos sequencialmente, de forma a evidenciar, de forma lógica e exegética, como houve uma modificação do significado ocupado pelo conceito de

mente na construção do *Ensaio*, o que coincide com uma alteração significativa da interpretação de Malthus a respeito de sua realidade.

Além dos achados de pesquisa, que serão apresentados a seguir, observou-se uma contribuição incidental, mas sobressalente, do presente artigo: sua contribuição com a carência notável de produção bibliográfica sobre Thomas Malthus no Brasil. O único trabalho de investigação efetivamente crítica da obra do autor realizado em âmbito nacional ainda é aquele conduzido por Maurício Coutinho (1993), mas cujos méritos se concentram no enfoque preciso sobre as questões pertinentes às diretrizes de pensamento propriamente econômico do inglês. Assim, na pesquisa bibliográfica conduzida acima, foi possível constatar a carência tanto na primeira etapa de pesquisa bibliográfica – as versões subsequentes do *Ensaio* nunca receberam tradução no Brasil – quanto na segunda – não há discussão significativa, como relatado, sobre o texto malthusiano além da primeira versão do *Ensaio*, do ano de 1798[3].

Uma nota metodológica final. Ao longo do artigo não se problematiza o contexto histórico geral da obra malthusiana. A proposta prioritária é atender o público pesquisador em História do Pensamento Econômico fornecendo elementos que não especificamente econômicos da obra malthusiana, com o intuito de para afastar certa caricatura que se consolidou na área. A exegese dos textos, contudo, pode fornecer material valioso, particularmente aos investigadores da epistemologia da sociologia e aos estudiosos da história intelectual. Recomenda-se, sobretudo, cautela: o pensamento malthusiano tem recebido atenção renovada em período recente principalmente pela ecologia política. Apesar de área promissora, seu principal diálogo com Malthus ocorre justamente em torno da cláusula da "luta pela sobrevivência" – algo que, como se verá ao longo do artigo, omite traços indispensáveis para a compreensão do autor. Nesses casos, recomenda-se o confronto do presente artigo com outros aportes dedicados ao envolvimento de Malthus com a economia política e sua intensa relação com David Ricardo. O texto de Donald Winch (1996), citado ao longo do artigo, fornece uma excelente porta de entrada ao tema.

3 MENTE, ESPORA MORAL E SALVAÇÃO

Em 1798, Thomas Malthus publica, de forma anônima, um *Ensaio sobre o princípio da população* (daqui em diante, apenas *Primeiro Ensaio*). O livro é um compilado eclético de teologia e filosofia de função nitidamente panfletária: seu subtítulo sugere o estudo de como esse princípio afeta a melhoria futura da sociedade, com "observações" sobre as especulações do Sr. Godwin (William Godwin) e M. Condorcet. As observações se concentram na busca por "leis da justa teoria", pela "constância das leis na natureza", pela "fundação de todo o conhecimento humano" e pela "fundação da faculdade da razão" (Malthus, 1966, p. viii, 159, 362). A pretensão universalista e o primado da moderação acompanham não somente a formação pessoal de Malthus – além de matemático formado em Cambridge, ele era ordenado como cura da *Church of England* – mas sobretudo uma opção metodológica, a doutrina das proporções. Essa metodologia peculiar "guiou-o a estabelecer as respectivas vantagens das

[3] Por sinal a única edição traduzida em território nacional, dentro da conhecida coleção "Os Economistas". Por uma questão de critério metodológico, este artigo se concentrou na bibliografia produzida em seu idioma nativo, e a tradução em questão não foi cotejada.

posições extremas e contraditórias, não como uma ilógica tentativa de sustentar tais posições simultaneamente, mas como um prelúdio para delinear uma via média" (Pullen, 1982, p. 270).

Deve-se destacar, de passagem, que o momento em que Malthus formula seu *Primeiro Ensaio* envolvia uma limitação retórica considerável. Em 1790, Edmund Burke publica seu influente *Reflexões sobre a Revolução na França*, considerado como um grande manifesto em favor da tradição. Além de fortalecer a aglutinação Tory do período, o que tornou seu pensamento persistentemente relevante foi a maneira como ele justificou o estatuto da tradição: como algo próprio à experiência e avesso ao experimento. Se há dúvida sobre a alimentação da pessoa, não se deve consultar o metafísico, e sim o fazendeiro, ou mesmo o médico. Ou seja, o bom legislador era aquele que sabia distinguir com clareza as "duas naturezas" do ser humano (a primeira dada à humanidade por Deus, a segunda cultivada pela educação e pelos hábitos) e aceitar, por consequência, a força do costume: "a vida política mimetizava a vida natural das espécies humanas ao usar o tempo para transmitir conhecimento e garantir a perpetuidade" (Walter, 2021, p. 36-37). Especulações ou conjecturas eram indistintamente consideradas como "teorias", as mesmas que prenunciaram o "desastre" revolucionário francês (Walter, 2021, p. 32).

Consequência direta desse contexto o princípio da população não é apresentado por Malthus de forma unidimensional, tão pouco abstrata: o argumento é composto e apela à compreensão prática e imediata. Tal era a importância da dimensão argumentativa que Malthus impõe ainda um artifício adicional, assentando o princípio da população em dois postulados antagonistas e extremos (Malthus, 1966, p. 11): (a) "que o alimento é necessário à existência do homem" e (b) "que a paixão entre os sexos é necessária". O primeiro postulado pode parecer mero truísmo, mas coloca duas questões de suma importância. Em primeiro lugar, porque vincula a condição existencial elementar do ser humano (fome) aos limites da natureza, reflexão um tanto inusitada para uma época em que o progresso técnico se tornava equivalente ao próprio conceito de progresso. Em segundo lugar, é importante porque indica uma hierarquia – o primeiro antecede logicamente o segundo postulado. É lógico porque um ser humano morto não pode se reproduzir, mas não apenas por isso. A reprodução, segundo Malthus, segue leis fixas: mesmo que ela se limite logicamente ao postulado do alimento, ela é considerada igualmente condição inextrincável ao Ser humano.

A orientação cristã de Malthus não condena a paixão entre sexos, e sim o intercurso ocorrido fora da instituição marital: o ser humano responde tanto à natureza quanto ao seu Criador, cujo comando nas Escrituras é o "Crescei-vos e multiplicai-vos". O que está em questão são "os efeitos, de fato, d[as] restrições ao casamento [que] são muito evidentes nos vícios que são produzidos em toda parte do mundo", vícios que envolvem "continuamente os dois sexos em inextrincável infelicidade" (Malthus, 1966, p. 69-70). O alívio dessa paixão não figura mero adultério ou prostituição – indicado ao longo de todas as edições dos *Ensaios* como "gratificação irregular" – mas indica, de forma mais alarmante, "atos altamente prejudiciais aos interesses gerais da sociedade" que demandam uma adesão convicta à "Razão [*Reason*], aquela faculdade que nos capacita a calcular consequências [como] apropriado corretivo e guia" e a mais confiável para "prevenir o abuso dos prazeres sensuais, ainda que de forma alguma as extinguirá" (Malthus, 1966, p. 215-216).

Aqui está o cerne do postulado implícito de "consequencialismo voluntarista" (Cremaschi, 2013), central para entender a conexão entre o *Primeiro Ensaio* e suas revisões

subsequentes. Para compreender esse postulado em sua totalidade, contudo, deve-se analisar cautelosamente a peculiar retórica malthusiana. Exemplo característico é encontrado numa nota de rodapé redigida por Malthus:

> Os poderes de seleção, combinação e transmutação, que demonstram toda semente, são verdadeiramente milagrosos. Quem pode imaginar que essas maravilhosas faculdades estão contidas nesses pequeninos pedaços de matéria? A mim parece muito mais filosófico supor que o poderoso Deus de natureza está presente em plena energia nessas operações. Para esse Todo-Poderoso Ser, seria igualmente fácil fazer brotar um carvalho com ou sem uma bolota. O processo preparatório de colocar as sementes no solo é meramente ordenado para uso do homem, como um dos vários excitamentos necessários para despertar a matéria da mente [*matter into mind*]**.** É uma ideia que será encontrada, consistente tanto com os fenômenos naturais ao nosso redor quando com os vários eventos da vida humana, e com as sucessivas Revelações de Deus ao homem, supor que o mundo é um poderoso processo de criação e formação da mente**.** Muitos vasos serão necessariamente quebrados e atirados de lado com inúteis; enquanto aqueles vasos cujas formas são cheias de verdade, graça e beleza serão assoprados para lugares mais felizes, mais próximo da presença do poderoso criador (Malthus, 1966, p. 246-247).

A referência aos "vasos quebrados e inúteis" pode sugerir sua associação com o conceito de eliminação. Mas essa leitura negligencia, como já dito, a heterodoxia religiosa de Malthus, que argumentava não apenas que "o temor do Senhor é dito muito justamente como o início da sabedoria; mas o fim da sabedoria é o amor do Senhor e a admiração pela bondade [*moral good*]", mas também que ao se refletir "sobre as tentações que cada homem deve *necessariamente* estar exposto neste mundo [...] É perfeitamente impossível conceber que quaisquer dessas criaturas das mãos de Deus possa ser condenada ao sofrimento eterno" (Malthus, 1966, p. 387-389). A persistência do Mal é aceita apenas como medida necessária ao cumprimento da plenitude divina – como mecanismo de estímulo, e não finalidade. "O trabalho [*labour*] necessário para produzir subsistência" é o mesmo "processo necessário para despertar a inerte e caótica matéria em espírito" (Malthus, 1966, p. 149, 353).

Por isso a referência aos vasos, na citação acima, não é fortuita. A transformação da matéria inerte em espírito segue um processo similar à modelagem do barro ou da argila, em que as vicissitudes mundanas seriam elas mesmas a justificativa para a infinita bondade e sabedoria da Deidade, a Mesma que mistura "novos ingredientes à vigorosa massa, adaptada ao estado particular do processo e calculada para dar origem a um novo e portentoso treino dos sentimentos [*impressions*], que tende a purificar, exaltar e melhorar [*improve*] a mente humana" (Malthus, 1966, p. 392)[4]. As adversidades colocam essa matéria inerte em movimento, mas não qualquer matéria, tampouco qualquer movimento. O movimento segue um desígnio pelo qual humano e Criador são conectados pelo desenvolvimento de uma matéria em particular: a mente. O curioso é como Malthus limita a onipotência divina: a mente humana não é pura, ela tem que ser purificada, isto é, o trabalho de salvação exige tempo – não haveria propósito na salvação divina se a perfeição fosse instantânea.

[4] A ocorrência do termo "impressions" em vários momentos do *Ensaio* não é acidental. O pai de Malthus era amigo de David Hume, de cuja autoria é o *Tratado da Natureza Humana*, que contempla entre seus objetivos principais a compreensão de como as impressões da mente formam os sentimentos humanos. Não há como discutir o tema em pormenores aqui, mas o próprio Hume utiliza as expressões "*impressions*" e "*feelings*" de forma indiscriminada em vários momentos do *Tratado*.

Esse ângulo permite alterar o enfoque pessimista em favor de uma análise propositiva sobre a conduta humana. Segundo Malthus, a "intemperança em todo prazer derrota seu próprio propósito", porque "a superioridade dos prazeres intelectuais aos sensuais consiste, antes disso, em preencher mais tempo, em ter maior alcance e ser menos suscetível à saciedade" (Malthus, 1966, p. 212). Ou seja, tanto os prazeres carnais quanto intelectuais se encontram no mesmo nível analítico; o que os distingue é sua "durabilidade". Desnecessário lembrar que a orientação religiosa adotada pelo *Ensaio* torna inadmissível o recurso a métodos abortivos - fonte de vício insanável do ponto de vista cristão. Disso decorre que a única paixão admissível, o marital "amor virtuoso" (Malthus, 1966, p. 66), deve ser temperado não apenas como medida de limitação preventiva, mas como condição que permite o tempo apropriado ao desenvolvimento da mente.

Na ausência da temperança e na inadmissão (religiosa) das "gratificações irregulares", cabe à força punitiva da natureza, por meio do princípio da população, a ação reguladora do desenvolvimento mental. Os dois mecanismos ou obstáculos naturais (não-racionais) de limitação (*checks*) ao princípio da população são (Malthus, 1966, p. 294-297): (a) o indireto ou preventivo, cuja prática se resumiria basicamente ao retardo do casamento e, por consequência, o adiamento da idade reprodutiva fértil e os rebentos sob garantia de tutela familiar; (b) na ausência desse primeiro, surge o mecanismo direto ou positivo, nada mais que a fome, "o último e mais pavoroso recurso da natureza" (Malthus, 1966, p. 139), que tanto aumenta as taxas de mortalidade quanto reduz a expectativa de vida.

Pode-se sugerir que a sustentação do argumento é frágil; afinal, o diagnóstico do *Primeiro Ensaio* envolveria a aceitação tácita de um dogma cristão específico sobre o casamento e o ato sexual. Nesse caso, seria difícil defender a validade de um argumento apresentado como empírico se uma de suas premissas não é empírica, mas dogmática. Forma-se, como bem observa Donald Winch, um paradoxo funcional no texto, já que "os comprometimentos teológicos de Malthus o provêm com uma teleologia do melhoramento, que age como o equivalente religioso do perfectibilismo secular que o *Ensaio* se propõe a minar" (Winch, 1987, p. 35).

Esse paradoxo é esclarecido, contudo, quando se coloca a discussão sobre sexualidade no campo do prognóstico, e não diagnóstico. A agenda do sexo e procriação no texto malthusiano é muito distinta daquela concebida segundo o dogma cristão original. Antes de se colocar como o epicentro da luta entre razão e paixões, a moralidade sexual é enquadrada por Malthus "em estreita relação com outro problema que corresponde em ética aplicada às virtudes da justiça e beneficência, a saber, pobreza" (Cremaschi, 2016, p. 65). A distinção estabelecida por Cremaschi é de suma importância, porque permite isolar a fragilidade do argumento do *Primeiro Ensaio* como um todo em favor de um de seus pontos sólidos. Afinal, dentre as principais fontes de revisão substancial do *Primeiro Ensaio*, consta a tentativa contínua de Malthus (re)construir uma via média entre obstáculos naturais e desenvolvimento mental:

> Eu não suporia de maneira alguma que a massa da humanidade alcançou o fim de seu melhoramento; mas o principal argumento deste ensaio tende a posicionar numa forte perspectiva a improbabilidade de que as pessoas de classes mais baixas, em qualquer país, são suficientemente livres da necessidade e do labor, de forma a atingir qualquer grau elevado de melhoria intelectual (Malthus, 1966, p. 217-218).

Note-se a necessidade de uma leitura cautelosa dos *Ensaios*. A referência a classes "mais baixas" pode conduzir à conclusão simplificada sobre a predileção social e política de Malthus por classes "mais altas". Os exemplos dessa associação são inúmeros (Pullen, 2019a, p. 1418-1419). Contudo, John Pullen (2019a) ressalta ser esse um mal-entendido generalizado a respeito da obra malthusiana: as declarações incisivas de Malthus (que não são poucas) são tomadas em isolado e obstruem a leitura de uma aplicação metódica da mesma doutrina das proporções no campo social. Nesse caso, a argumentação de Malthus vislumbrou "as possibilidades abertas pelo crescimento da classe média" (Winch, 1996, p. 148) no que se refere ao contingenciamento político. Essa questão só ficaria mais evidente nas edições subsequentes do *Ensaio,* mas já no primeiro é possível verificar a afirmação de que "apesar de que em todo estado civilizado deve existir uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores; ainda sim uma vantagem permanente sempre resultaria de uma equalização mais próxima da propriedade (Malthus, 1966, p. 344).

Por isso, a questão vai mais longe que o mero "estado civilizatório". O pretexto religioso impede que Malthus aceite apenas a salvação do rico ou apenas a danação do pobre; o Inferno, como visto, não é para ele o desígnio divino, e o "reino dos céus" deve ser o destino reservado para todas as "ovelhas do rebanho", indiscriminadamente. O obstáculo positivo não pesa mais sobre pobre porque esse é seu destino, mas porque o processo de desenvolvimento mental dessa classe é interrompido com mais celeridade pelo intercurso precoce e pela multiplicação de sua prole. Em outras palavras, tanto os obstáculos preventivos quanto positivos incidem sobre todas as camadas sociais, mas no caso da camada mais pobre, a presença da fome e da pestilência alcança o ser humano empobrecido mesmo antes que se defronte com o dilema do obstáculo preventivo, o adiamento do casamento.

Malthus teve um envolvimento conturbado nas discussões sobre as antigas "leis dos pobres" (*Old Poor Laws*), transitando entre a intransigência da responsabilidade individual e a admissão de alívios temporários por questões humanitárias (Digby, 1986, p. 162-164). Esse dualismo introduziu, de certa forma, um viés na interpretação retrospectiva do *Primeiro Ensaio* como um tratado de admoestação contra a irresponsabilidade do pobre. Essa conclusão, contudo, denota caráter político, enquanto o *Primeiro Ensaio* consistia na inusitada combinação entre teologia e empiria. Estudo realizado por Wrigley e Smith (2020) compilam dois conjuntos de dados reveladores: no final do século XVII, apenas 16 por cento das nubentes estavam grávidas. No início do século XIX, estima-se que quase 40 por cento das concepções ocorrera antes do casamento. Ou seja, "durante o período em que Malthus foi cura em Okewood, ele deve ter testemunhado noivas pesadamente grávidas se aproximando do altar" (Wrigley; Smith, 2020, p. 56-57).

Portanto, pode-se interpretar que os obstáculos (*checks*), tanto positivos quanto preventivos, insistentemente citados ao longo do *Primeiro Ensaio*, funcionam sobretudo como artifício retórico. Como bem destaca Walter (2021, p. 15), "as preocupações do início da filosofia moderna eram totalmente diferentes do foco atual em epistemologia. Em vez disso, a teologia e a filosofia forneceram modelos para governar a alma ou mente de alguém". Os obstáculos sugeridos por Malthus, nesse sentido, não servem à criação de um "modelo de sobrevivência": eles indicam as medidas forçosas de supressão divina e empírica ao se atingir os extremos da miséria e do vício. Em outras palavras, a finalidade dos obstáculos não é defender a "sobrevivência do mais apto" tampouco admoestar a pessoa pobre, mas sim criar

um dispositivo retórico que propõe ser a eterna luta cristã do Bem contra o Mal o advento preciso para que a Deidade incentive o ser humano "de argila" a se "modelar" e escapar ao sofrimento eterno. Miséria e vício são tanto causa quanto consequência do Mal, mas, ao mesmo tempo, causa para o empenho no Bem.

Não é por acaso que o *Primeiro Ensaio* condena abertamente a discussão do progresso em termos das instituições políticas e sociais, "simples penas que flutuam na superfície, em comparação àquelas causas de impureza mais profundas" (Malthus, 1966, p. 177). Malthus discute uma ideia de progresso particular, aquele obtido pelo contraste entre punição e recompensa moral: "a maldade [*moral evil*] é absolutamente necessária à produção da excelência moral", e mesmo "um amor ardente e uma admiração pela virtude parecem implicar a existência de algo oposto" (Malthus, 1966, p. 375-376). O Bem vem à existência como resposta à presença e persistência do Mal, não por simples antagonismo, mas porque "a perfeição uniforme e padronizada não poderia deter os mesmos poderes de despertar" o desenvolvimento da mente (Malthus, 1966, p. 378). Essa é, enfim, a essência do já adiantado "voluntarismo consequencialista" de Malthus, que:

> não implica que sua ética normativa fosse utilitarista. Em vez disso, tratava-se de uma espécie de ética da virtude. A ética normativa de Malthus foca em duas principais virtudes "naturais", a saber, a benevolência e a castidade. Em um estado social, embora pré-político, como o de homens vivendo sem governo e lei, haveria ao menos alguns deveres, ainda que vagamente definidos, como o de ajudar o próximo e o de formar um vínculo estável com uma pessoa do sexo oposto. [...] [Mas] Há um segundo grupo de virtudes: virtudes artificiais. Estas surgem assim que se realiza a transição para o estado político. Virtudes como o amor pela igualdade e o amor pela liberdade pertencem a este segundo tipo. Um lugar especial é reservado a uma quinta virtude, a prudência, que governa tanto a busca individual pela felicidade quanto a busca coletiva pelo bem público (Cremaschi, 2013, p. 45).

Com isso o *Primeiro Ensaio* inicia uma longa (e errática) trajetória pela qual Malthus buscará os "meios pelos quais Deus intende assegurar a felicidade da massa da sociedade nesta terra, e alcançar o desenvolvimento progressivo da mente e da condição material humanas" (Winch, 1987, p. 35). A miséria, conjunto de "sofrimentos e angústias da vida ... necessários, através de um peculiar treino de sentimentos [*impressions*], para suavizar e humanizar o coração, para despertar a simpatia social, para gerar todas as virtudes cristãs e para garantir a extensão de um amplo esforço de benevolência" (Malthus, 1966, p. 372), é um tema presente em todo o ensaio e não pode ser compreendida como mero sinônimo de pobreza, mas como espora moral, como o alerta intransigente contra a satisfação de prazeres mundanos instantâneos em detrimento da busca pela Salvação.

Note-se a divergência diametral de uma leitura do "princípio malthusiano" como mero contraponto entre o crescimento populacional exponencial e o crescimento aritmético da oferta de alimentos. A admissão do desenvolvimento da mente à equação não permite postular esse contraponto como condição apriorística, mas subordinada à conclusão lógica sobre o destemperamento da razão. Dessa forma, a análise conclusiva sobre o *Primeiro Ensaio* não deve ser reduzida à convergência entre escassez e competição individual, mas compreendida como diretriz para a compreensão das "dificuldades experimentadas pela raça como um todo em face da oferta limitada de alimento" (Bowler, 1976, p. 638). Mesmo que os obstáculos impostos pela

natureza sejam intransigentes, uma mente depurada pode ao menos mitigar a dor da espora moral. A metáfora escolhida por Malthus é ilustrativa do propósito maior do livro:

> Mas se prosseguirmos sem um conhecimento aprofundado e uma compreensão precisa da natureza, extensão e magnitude das dificuldades que temos de enfrentar, ou se direcionarmos nossos esforços de forma imprudente para um objetivo no qual não podemos esperar sucesso, não apenas esgotaremos nossas forças em esforços infrutíferos e permaneceremos tão distantes quanto antes do cume de nossos desejos, como também seremos perpetuamente esmagados pelo recuo desta rocha de Sísifo (Malthus, 1966, p. 347).

Esse trecho localiza o pensamento malthusiano na dupla condicionalidade discutida anteriormente: uma retórica modulada por teologia e filosofia, e não pela epistemologia. A fonte do conhecimento não está em debate, principalmente para um autor da estirpe de Malthus: o domínio do conhecimento, a sabedoria, cabe à onipotência do Criador. O que cabe à retórica é sugerir as formas de acesso ao conhecimento. É nesse sentido que, para Malthus e seus contemporâneos, o pensamento científico era indissociável da ética. Não no sentido "do que era moralmente certo ou errado, mas no sentido de que o pensamento poderia ser o produto de uma mente adequada ou inapropriadamente regulada" (Walter, 2021, p. 15).

Em suma, contra a condenação de Sísifo, só resta o recurso ao conhecimento. Os obstáculos oferecidos pela natureza não são intransponíveis: eles são o princípio do aprendizado, o que consiste numa "formulação diferente da teoria ética de Malthus, a adoção da *melhoria moral* [*moral improvement]* ao invés da *felicidade* [*happiness]* como a variável a ser maximizada na teodiceia, na adoção da educação generalizada como a principal arma na guerra contra a pobreza" (Cremaschi, 2013, p. 46). A intrincada admoestação do *Ensaio,* um misto eclético de religiosidade e empiria, não elimina a relação latente entre Razão e Progresso, e, analogamente, a transição do barbarismo à civilização. Por isso é fundamental avançar para as edições subsequentes, em que o recurso à razão é promovido à posição protagonista.

4 MENTE, RAZÃO E PROGRESSO

Após revisão substancial, Malthus publica a segunda edição de seus *Ensaios* em 1803, desta vez de forma reputada com uma alteração de título: "Um ensaio sobre a população, ou uma visão de seus efeitos passados e futuros sobre a Felicidade Humana, com uma investigação sobre nossos prospectos a respeito da remoção ou mitigação futura dos males [*Evils*] que ele ocasiona" (daqui em diante, apenas *Segundo Ensaio*). Longo e sugestivo título, pois se no *Primeiro Ensaio* o título indicava uma postura essencialmente crítica e negativa - questionar a ideia de melhoria contínua de Godwin e Condorcet -, no *Segundo* Malthus se coloca em posição mais assertiva, ou melhor, investigativa e especulativa. O artigo que conclui o *Segundo Ensaio,* "nossas expectativas racionais a respeito da melhoria futura da sociedade", deixa essa reformulação retórica evidente:

> No todo, portanto, apesar de nossos futuros prospectos a respeito da mitigação dos males decorrentes do princípio da população não serem tão esplendorosos como desejamos, eles estão longe de serem totalmente desalentadores, e de maneira alguma precludem da gradual e progressiva melhoria na sociedade humana [...]. Pelas leis da

> propriedade e do casamento, e pelo princípio aparentemente estreito do amor-próprio [*self-love*], que induz cada indivíduo a se esforçar em melhorar sua condição, nós somos todos devedores dos mais nobres esforços do gênio humano, por tudo que distingue o civilizado do estado selvagem. [...] A estrutura da sociedade, em suas características gerais, permanecerá sempre imutável. Nós temos toda razão para crer que consistirá sempre de uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores; mas a condição de cada uma, e a proporção que estabelecem entre si, podem ser alteradas tão grandemente de forma a melhorar a harmonia e beleza do todo (Malthus, 1989, I, p. 202-203).

Há duas sugestões perceptíveis nesse parágrafo, muito bem captadas por John Pullen: a doutrina das proporções (Pullen, 1982) e o desejo de melhoria (Pullen, 2019b). O cruzamento de ambas implica que melhorar não se resume a qualquer processo expansivo e aleatório, mas, pelo contrário, a determinado processo guiado e antevisto e, portanto, qualitativo. Ao admitir essas condições, Malthus abdica de uma cláusula muito cara a qualquer formação newtoniana – como fora seu caso –, a reversibilidade. Mesmo que a irreversibilidade do progresso humano se ofereça como limitação retórica, é precisamente esse artifício que permitirá a Malthus transitar entre a fundamentação teológica e social.

O *Primeiro Ensaio* é concluído com dois longos capítulos que versam sobre as visões teológicas de Malthus e a ideia de espora moral, e que são completamente omitidos no *Segundo Ensaio* e todas as suas edições subsequentes. Com isso ele se defende das investidas da *Church of England* contra sua deliberada heterodoxia (Pullen, 1987, p. 234-235). Mas não é apenas a tinta teológica que Malthus reconheceu como excessivamente carregada. O argumento obsessivo sobre a dureza dos obstáculos impostos pelo princípio da população dá espaço, no *Segundo Ensaio*, para a teoria da mente que fora apenas esboçada no *Primeiro Ensaio*. Mesmo que o princípio da população continue a oferecer obstáculos intransigentes, o argumento se esforça nem tanto mais em apontar a extensão dos limites impostos por esses obstáculos, e sim como eles oferecem um guia de conduta humana prudente.

É inserido no *Segundo Ensaio* um conceito novo e central, a abstinência virtuosa[5] (*moral restraint*). Primeiramente, observa Cremaschi (2013, p. 46-47), Malthus altera a apresentação dos obstáculos à população: no *Primeiro Ensaio,* os obstáculos seguiam a sequência lógica (em ordem consecutiva de causação) vício – miséria – abstinência prudencial. No *Segundo,* ele passa à introdução (desta vez, sistemática) da ordem abstinência virtuosa - vício - miséria. Mais do que artifício retórico, ocorre uma alteração lógico-conceitual radical. A abstinência fora, no *Primeiro Ensaio*, vagamente sugerida como prudência (*prudence*), e nesse sentido era mais consequência punitiva do que causa do comportamento moderado. No *Segundo Ensaio*, contudo, a causação entre obstáculos e prudência, através da moral, assume outra funcionalidade, mais precisamente, recíproca (Pullen, 2016, p. 363): o conceito de abstinência virtuosa não apenas previne a pressão por alimento, mas igualmente oferece um diretivo racional.

Esse é o ponto destacado por Donald Winch (1996, p. 305), para quem a abstinência virtuosa disponibiliza uma inédita abertura à importância da ação humana – seja por meio da educação ou da liberdade política. Isso se torna claro quando Malthus faz a curiosa distinção

[5] Adota-se aqui a precisa tradução de Coutinho (1993).

do impacto exclusivo dos obstáculos preventivos como prerrogativa humana, diferente das "plantas e animais", diferenciando por consequência miséria de vício:

> Dos obstáculos positivos, aqueles que parecem resultar inevitavelmente das leis da natureza podem ser chamados exclusivamente miséria; e aqueles que obviamente trazemos sobre nós próprios, como guerras, excessos, e muitos outros que teríamos o poder de evitar, são de natureza mista. Eles são provocados sobre nós pelo vício, e sua consequência é a miséria (Malthus, 1989, I, p. 19).

Aqui é dado o passo crucial entre mitigação do mal e uma incisiva proposta de melhoramento. Essa questão é importante para expandir o arco explicativo da abstinência virtuosa, apresentada, a princípio, apenas como "a abstinência do casamento que não é acompanhada de gratificações irregulares" (Malthus, 1989, I, p. 18). Nesse ponto, Malthus faz um apontamento muito importante sobre a questão da perspectiva, pois se por um lado essas "conexões irregulares com mulheres" podem proporcionar "felicidade para ambas as partes e não prejudic[ar] ninguém", isto é, se essas "ações individuais não podem assim ser enquadradas como miséria", por outro lado o seu efeito não pode ser outro que "uma tendência geral de que o intercurso ilícito entre os sexos prejudique a felicidade da sociedade" (Malthus, 1989, I, p. 19). Ora, as dimensões ficam aí muito claras: é o comportamento vicioso individual que induz à miséria coletiva. Quem está sujeito à objeção nesse raciocínio não é a lei tabular de Moisés – "não cometerás adultério" -, preceito que Malthus considera evidente para qualquer cristão; quem recebe objeção é a definição indiferenciada de miséria, que não considera o impacto da intemperança individual.

O obstáculo positivo é reconduzido no *Segundo Ensaio* não apenas como condição inflexível, mas como uma cláusula de ação-reação que urge pela modelagem da argila: talvez a humanidade não tenha ainda alcançado conhecimento o bastante para mensurar as consequências da imprudência. Para almejar esse patamar, é a razão a válvula de nivelamento entre o obstáculo positivo (irredutível em sua essência) e o obstáculo preventivo (de caráter mitigador). Não fora mera verborragia Malthus escrever impressionantes vinte e cinco capítulos descrevendo como os obstáculos afetavam diferentes sociedades, começando pelo "mais baixo estágio da sociedade humana" até os "Estados da Moderna Europa" (Malthus, 1989, I, p. 25-305). O sentido analítico desses capítulos não é apontar que a opulência é causa da complexidade social, mas discutir o desenvolvimento progressivo da compreensão humana que teria permitido essa estruturação social considerada por Malthus mais "avançada". A despeito de qualquer eurocentrismo, o ponto é que o improvimento da mente é o condutor de estágios mais avançados de organização social em relação à obra de melhoria proposta pela infinita sabedoria Divina.

Essa relação é extensivamente discutida no importante capítulo "dos nossos prospectos futuros a respeito da remoção ou mitigação dos males provenientes do princípio da população". Segundo Malthus, é pela "estrita atenção" do obstáculo preventivo que as virtudes da paixão entre os sexos podem ser "abstratamente consideradas boas", graças à "regulação em nossa conduta" (Malthus, 1989, II, p. 93). Há um compromisso implícito entre razão e salvação: "nossa virtude, portanto, como seres razoáveis, evidentemente consiste em induzir do material geral que o Criador colocou sob nosso guia a maior soma de felicidade humana" (Malthus, 1989, II, p. 93) e por isso "torna-se nossa tarefa positiva como criaturas razoáveis, em vista da

execução dos comandos de nosso Criador, inquirir sobre as leis que ele estabeleceu para a multiplicação das espécies" (Malthus, 1989, I, p. 205).

O *Segundo Ensaio* introduz com esse compromisso uma hierarquia no sistema elementar de punição-e-recompensa, ao estabelecer não a espora moral como dispositivo indutor da Salvação, mas o uso da faculdade humana da razão. Mesmo que a paixão entre os sexos seja mundana como sempre foi e sempre haverá de ser, suas repercussões são agora avaliadas não em termos da (inescapável) pressão populacional, mas decisivamente em face de suas consequências sobre o longo processo de desenvolvimento da mente. Nos dois casos, há presença da física aristotélica no pensamento malthusiano: a ideia de potência estabelece relação teleológica com a Salvação nos dois ensaios, mas o movimento deixa de ser binário – observar ou morrer – em favor da conduta virtuosa, tão variada quanto o depuramento da mente e o exercício da razão permitirem. A onipresença divina, já sujeita a limitação temporal no *Primeiro Ensaio*, é sobre-restringida no *Segundo Ensaio* ao compartilhar com a felicidade humana um papel funcional no movimento de Salvação.

É traçada afinal a linha tênue, mas crucial, entre determinação e realização: se o princípio da população fosse determinante, Malthus teria de admitir o extremo da Danação Divina em oposição à razão humana. Por isso, a retórica é rearticulada para salientar a importância da experiência na construção de uma "solução-média" (Pullen, 1982): herdeiro da tradição empirista, Malthus compartilha da proposta que conhecer é experimentar. Não é de admirar sua sugestão de usar a "educação paroquial" para inculcar "os mais simples princípios da economia política" nas massas pauperizadas, como princípios mesmos de responsabilidade pessoal e sustento da prole (Malthus, 1989, II, p. 151-155). É sobre esse aspecto que insiste Donald Winch (1987, p. 65) ao enquadrar as mudanças conceituais promovidas por Malthus como aburguesamento (*embourgeoisement*), ideia segundo a qual "padrões de vida depend[eriam] tanto das conveniências e confortos disponíveis às classes mais baixas quanto o alimento mais barato".

A partir dessa ideia, Cremaschi (2013, p. 49-50) procura sistematizar a função estratégica que a educação viria a ocupar nas sucessivas edições dos *Ensaios*, segundo três efeitos de retro causalidade: o primeiro deles, a "gentrificação" das classes mais baixas, que serviria não apenas ao cultivo de prudência e diligência, mas sobretudo ao cultivo de novos gostos (como é o curioso exemplo da introdução do chá e do açúcar na dieta). O segundo efeito seria o exercício do autoesclarecimento, através do qual essas classes adquiririam consciência gradual de que sua miséria estava conectada diretamente à sua (ir)responsabilidade. Por último, o efeito da educação da perspectiva de investimento no capital humano. Esse efeito se alinha à concepção smithiana de que cada pessoa seria um capital fixado e realizado em si próprio – algo como a condução da razão como mecanismo de solidificação de uma atitude responsável e, igualmente, laborativa.

Não se pode negar a fixação de Malthus pela responsabilização individual, como já apontado em seu envolvimento na discussão sobre as *Old Poor Laws.* Sem dúvida, sua obstinação repercutiu para consolidar opiniões de que o pobre é culpado por sua pobreza. A qualidade das "evidências" históricas sobre os benefícios da postergação do casamento coletadas pelo autor é, no mínimo, questionável, e elas foram habilmente construídas em retrospectiva para reforçar o argumento central: "a castidade antes do casamento precisava causar algum desconforto para compelir as pessoas a trabalhar melhor sua situação, então elas

poderiam se casar" (Handy, 2022, p. 101), Todavia, a despeito dessa obstinação consolidar a figura do "ogro malthusiano" (Cremaschi, 2016, p. 50-53), não deve passar desapercebido que a proposta de educação e responsabilidade modifica de forma qualitativa o conceito de obstáculos do *Primeiro Ensaio:* de significado associado à insuficiência alimentar, os obstáculos se tornam funcionais aos conceitos de diligência e prudência.

Aqui é necessário retornar à argumentação anterior: a abstinência virtuosa dialoga com a temperança sexual, mas com ela não se confunde. Afinal, no *Segundo Ensaio* Malthus exprime uma distinção muito particular entre procriação e sexo. Explica Sergio Cremaschi que:

> Os ensinamentos morais cristãos costumavam diferir de maneira notável entre si, variando desde defensores de uma visão bíblica mais ortodoxa sobre o casamento e o amor como elementos altamente positivos na criação de Deus e partes essenciais do plano divino, até visões bastante heterodoxas que consideravam a sexualidade como pecaminosa, independentemente de sua pecaminosidade poder ser em parte justificada pelo fim superior da procriação. O que basicamente faltava na discussão até a época de Malthus era a consideração da responsabilidade dos próprios seres humanos na decisão de procriar. Isso introduz uma mudança notável também na abordagem, pois a discussão passa a ser um exame de uma questão bem definida, levando em conta **relações de causa e efeito** para avaliar possíveis linhas de conduta à luz de alguns juízos de valor amplamente compartilhados e comparativamente mínimos. [...] Em certo sentido, tanto o tema, ou seja, a sexualidade, foi substituído por uma questão mais restrita, a saber, a reprodução, quanto a abordagem tradicional, ou seja, a teologia moral e a filosofia, foram substituídas por uma abordagem mais modesta, nomeadamente, nas próprias palavras de Malthus, 'ciência moral e política' (Cremaschi, 2016, p. 71-72, tradução e grifos próprios).

É por esse caminho que Malthus faz a curiosa conexão entre abstinência virtuosa e política. Ele assume que, "universalmente, a prática da humanidade quanto ao casamento tem sido muito superior às teorias [...] [e] cada indivíduo descobre necessário, na prática, os meios para suportar uma família antes dele se aventurar a dar tão importante passo" (Malthus, 1989, I, p. 212). Essa cláusula apoia, por sua vez, a premissa de que "o desejo de melhorar nossa condição e o receio de torná-la pior, assim como a *vis medicatrix naturae* na física, é a *vis medicatrix republicae* na política, e contorna continuamente as desordens derivadas da estreiteza das instituições humanas" (Malthus, 1989, II, p. 363). Essa analogia entre "medicamento" natural e republicano, como muito bem observa John Pullen (2019b, p. 747), é que permite a Malthus fazer a conexão que modifica crucialmente o caráter do *Primeiro Ensaio*, a saber: "o mero desejo ou motivação para alcançar melhores condições não alcançarão melhores condições por si só", pois uma "condição final deve estar acompanhada de causas materiais apropriadas".

Com isso se torna possível compreender o longo esforço do *Segundo Ensaio* em comparar nações ou regiões segundo estágios de desenvolvimento, não pelos seus méritos historiográficos, mas sim lógicos. Um exemplo notável ocorre durante a investigação dos "obstáculos entre os antigos habitantes do Norte da Europa", quando Malthus infere que "a esperança prevalecente de melhorar sua condição ao mudar de local [...] adicionada ao natural descuido do caráter bárbaro, conspirariam todos para um crescimento da população que haveria de ser reprimido posteriormente pela fome e pela guerra" (Malthus, 1989, I, p. 62). Se a ideia de punição e recompensa continua presente nessa inferência, abre-se, contudo, espaço para uma mudança na sua forma. Considerando o advento da experiência, ninguém é capaz de saber de

antemão[6] o que é melhor se não atravessar o processo de depuração mental, que permite comparar a "duração" dos prazeres mentais vis-à-vis os prazeres carnais. É precisamente esse processo comparativo que provê um processo de descoberta do melhor, um encorajamento ao desenvolvimento contínuo da mente cujo limite, ainda que teoricamente existente, é desconhecido (ou mais precisamente, conhecido apenas pela absoluta antevisão Divina). É nesse ponto que se situa a modificação conceitual derradeira do *Segundo Ensaio*: é o processo de busca pelo conhecimento que desenvolve a prudência, mais do que qualquer força punitiva. Isso permite a Malthus transitar de uma aposta na fé estática fundada na recompensa celestial, para uma convicção sobre o papel da razão mundana e dinâmica para prover o melhoramento social do "barbarismo à civilização".

A consequência dessa alteração se refletirá imediatamente no campo especulativo político-social, ao longo do interessante capítulo dedicado aos "efeitos do conhecimento das principais causas da pobreza sobre a Liberdade Civil". O capítulo começa por acusar qualquer ideia que atribua "a maior parte dos sofrimentos das classes mais baixas da sociedade exclusivamente a elas próprias" como "desfavorável à causa da liberdade [*liberty*]" (Malthus, 1989, II, p. 122). Nesse capítulo, muito diferente do que ocorrera no *Ensaio* anterior, Malthus se empenha em recusar que a causa da pobreza seja unidimensional, seja como resultado exclusivo das leis da natureza, da imprudência da pessoa pobre ou mesmo da discricionariedade governamental: a pobreza é, ao contrário, o elo que conecta a agitação popular à violência pública e, por consequência, favorece o despotismo[7]. Ao assumir a pobreza como problema a ser tratado *in loco*, e não da perspectiva dos governantes, Malthus reformula o dilema da salvação divina em termos do mais imediato e secular dilema britânico sobre os limites do cerceamento à liberdade civil, reassegurando o papel central do desenvolvimento mental.

A acusação é nominalmente dirigida aos "senhores do campo" (*country gentlemen*) por sua "usurpação do poder" e por se renderem "ao governo sob a condição de serem protegidos da plebe", porque se convenceram "muito facilmente" que as "circunstâncias lhes exigir[iam] abdicar de alguns dos mais valiosos privilégios do cidadão inglês (*Englishmen*)"; se a "*vox populi* fosse autorizada a falar, pareceria a voz do erro e do absurdo ao invés da *vox Dei*". (Malthus, 1989, II, p. 124-125). Ou seja, a modelagem da argila não cabe tão somente às mãos do Criador, mas antes às mãos dos "senhores" que devem se envolver e conduzir a política nacional com ouvidos atentos à *vox populi*. Afinal, como incita o título do capítulo, o centro da discussão é o conhecimento, mais especificamente, conhecer as conexões entre as causas da pobreza e dos assaltos à liberdade civil. O tom admoestador do *Primeiro Ensaio* é substituído por um discurso típico do "reformador moderado, ansioso em mediar a tirania executiva e o radicalismo popular, na tentativa de preservar o espaço que permitiria uma reforma gradual ser conquistada" (Winch, 1987, p. 50). Isso tampouco significa que Malthus adotou uma postura equalitária – isso infringiria sua cláusula pétrea de "espora à diligência" (*spur to industry*).

[6] Note-se a distância radical da concepção de experiência/costume de Edmund Burke, discutida no início deste texto.

[7] O capítulo consta desde a edição de 1803, mas em 1817 recebe um adendo ("continuação do mesmo assunto") em face do *Habeas corpus suspension Act*, também de 1817. Malthus se utiliza do evento para reafirmar como "visões errôneas" sobre a principal causa da pobreza levam a "resultados desfavoráveis à liberdade" (Malthus, 1989, II, p. 133 e 133).

(Malthus, 1989, I, p. 308). Essa parece ser sua motivação para escrever um dos parágrafos mais controversos da primeira edição (1803) do *Segundo Ensaio*, que merece transcrição:

> Um homem que nasce num mundo já empossado, se não pode ter sua subsistência garantida por seus pais, sobre quem ele possui uma justa demanda, e se a sociedade não quer seu trabalho, ele não tem qualquer pretensão de direito a menor porção de comida, e, na realidade, não tem qualquer razão para estar onde está. No ostentoso banquete da natureza, não há espaço vago para ele. A natureza pedirá que saia, e rapidamente executará suas próprias ordens, se ele não trabalhar em favor da compaixão dos outros convidados. Se os convidados se levantarem e derem espaço para ele, outros intrusos imediatamente aparecerão requisitando o mesmo favor. [...] A ordem e a harmonia do banquete são perturbadas, a fartura que antes reinava torna-se escassez; e a felicidade dos convidados é destruída pelo espetáculo da miséria e dependência em toda parte do salão" (Malthus, 1989, II, p. 127-128).

Muitas das expressões ásperas adotadas no *Primeiro Ensaio* aparecem nesse trecho (miséria, dependência, ordem, até mesmo a referência ao Grande Banquete Divino). Muitos são levados a reforçar a ideia de "malthusianismo" como sinônimo de seleção precisamente em função dessa passagem, que conduzia diretamente ao capítulo seguinte do livro, o "plano para abolição gradual das *Poor Laws*". Deve-se notar, contudo, um detalhe de suma importância: a passagem acima foi inteira e definitivamente omitida da segunda edição do *Segundo Ensaio* (1806) em diante. A omissão da passagem não adulterou o ordenamento de capítulos – cuja sequência sugeria desde 1803 uma relação íntima entre pobreza, liberdade civil e as *Poor Laws.* O ponto a ser destacado é o reconhecimento do perigo iminente que a pobreza, entendida como causa de sofrimento espiritual, se convertesse em combustível para a dissolução da ordem constituída.

Na edição de 1817, Malthus considera perdoável o descontentamento popular generalizado, pois "um considerável número de trabalhadores, que estão tanto disponíveis quanto dispostos a trabalhar, estão completamente excluídos de emprego, e consequentemente incapazes de comandar as necessidades da vida". Por esse motivo, ele conclui, "todo esforço deve ser feito pelas classes mais altas para mitigar [o descontentamento]" (Malthus, 1989, II, p. 133). Observe-se que o problema da prudência e do sustento próprio e da prole continua presente, mas a ele se acrescenta um questionamento prévio: se o populacho só for "esporado" sem instrumentos adequados, essa indução não se converterá em diligência, mas em mero sofrimento – porta de entrada ao radicalismo. A rejeição plana de qualquer medida assistencial ao processo de modelagem da argila é preterida em favor de um problema mais complexo, a saber, como permitir desatar mãos atadas dispostas, mas impedidas por motivos alheios, a essa modelagem.

Essa questão permite entender, finalmente, à qual mitigação se refere o subtítulo do *Segundo Ensaio*. As leis da natureza e sua relação com a sabedoria do Criador continuam como sempre foram, constantes: "nós somos proibidos tanto pela razão quanto pela religião em esperar que [as leis uniformes da natureza] serão modificadas a fim de nos possibilitar executar mais prontamente qualquer preceito" (Malthus, 1989, I, p. 205). Consequentemente, seu papel no processo de espora moral é o mesmo de sempre. Resta como única mitigação possível, por tudo que foi discutido até aqui, a ação humana racional e orientada de acordo com o desenvolvimento da mente, cuja consequência – e não causa – é o melhoramento social.

Thomas Sowell resume essa longa jornada com precisão: o *Segundo Ensaio* "nunca perdeu seu caráter essencial como resposta ao radicalismo"; contudo, é menos dedicado a "resolver o problema social da pobreza do que direcionado a resolver o problema moral-político de atribuir a culpa pela pobreza" (Sowell, 1962, p. 272). Malthus é taxativo ao afirmar que "é o medo da necessidade, mais do que a necessidade em si, o melhor estímulo à diligência" (Malthus, 1989, I, p. 439). As discussões que ele eventualmente adentrará sobre economia política e distribuição da riqueza devem ser ancoradas na sua preocupação primordial com a Salvação e com o desenvolvimento da mente. A dualidade pobreza-riqueza é uma dentre várias necessárias à constituição de uma "arena justa", na qual "as partes superiores e inferiores são [...] surpreendentemente benéficas" (Malthus, 1989, II, p. 194). Ambas são benéficas precisamente por serem extremos possíveis, mas não desejáveis. São as fronteiras que elas traçam ao desenvolvimento da mente e ao desejo de ser melhor que traduzem os comandos para a construção das "moradas do Pai" no mundo terreno.

5 CONCLUSÃO: mal-entendidos, entre a interpretação e o texto.

É absolutamente anacrônico considerar o pensamento de Malthus como tentativa de modelagem da distribuição de riqueza, ou pior, como experimento vanguardista de eugenia social. A economia política de então estava ainda distante da teorização elegante científica e se associava ao dever do aconselhamento político. Tal vocação exigia "que alguém colocasse em quarentena o interesse privado e perseguisse o interesse público, concebido como boa legislatura" (Walter, 2021, p. 18). No caso de Malthus, esse dever ia além da discussão pública e incluía igualmente sua orientação religiosa; foi precisamente essa dupla vocação que colocou a pobreza como "o principal problema tanto à moral pública quanto à privada" (Cremaschi, 2013, p. 48).

Portanto, o intento deste trabalho não é esquivar Malthus de qualquer investida crítica política. O que se quis discutir é que, a despeito de inclinações pessoais, uma ideia por si só não é capaz de produzir cenários políticos, mas o uso da ideia, particularmente os mal-entendidos em torno delas, esses sim poderão e provavelmente engajarão furiosa oposição. Em suma:

> O padrão lógico de mal-entendido subjacente neste caso consiste na tendência romântica a entender as descrições e explicações de Malthus no *Ensaio* como se fossem tentativas não de revelar a natureza e as causas de certos eventos, mas de legitimar e perpetuar – ou mesmo recomendar – um determinado estado de coisas. Mas ver fatalismo em sua teoria da população era interpretação, e não texto (Fonseca, 2003, p. 206).

O artigo sugeriu que o criticismo incisivo do *Primeiro Ensaio* não deve obliterar suas preocupações elementares, as mesmas que foram exaustivamente desenvolvidas e readequadas ao longo das sucessivas edições do *Segundo Ensaio*. Demostrou-se que as palavras de Malthus nunca foram dirigidas ao Pastor, mas às ovelhas. A infinita bondade do Criador nunca foi motivo de objeção, tanto quanto nunca foi defendida a eliminação do mais fraco. A questão precisa foi (e continua a ser) como garantir que os condicionantes materiais provenham condições mais virtuosas de sociabilidade, e não espirais de vício e desespero.

Se este artigo atingiu sua pretensão mínima, uma releitura prudente dos *Ensaios* de Malthus proporcionará uma visão do autor mais abrangente que as rotulares ideias de "demanda efetiva" e "ciência lúgubre". Isso passa pelo reconhecimento da posição *sui generis* ocupada pelo autor no nascedouro da ciência econômica moderna, quando ainda se problematizavam as distensões entre prosperidade material, participação social e desenvolvimento espiritual.

REFERÊNCIAS

BOWLER, B. J. Malthus, Darwin, and the concept of struggle. **Journal of the History of Ideas**, v. 37, n. 4, p. 631–650, Oct./Dec.1976. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2709028>. Acesso em: 25 set. 2024.

COUTINHO, M. C. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CREMASCHI, S. Malthus's war on poverty as moral reform. **CRIS - Bulletin of the Centre for Research and Interdisciplinary Study**, v. 2013, n. 2, p. 43–54, 1 dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/cris-2013-0009> Acesso em: 06 dez. 2024.

CREMASCHI, S. V. Malthus on sex, procreation, and applied ethics. **Pensando - Revista de Filosofia**, v. 7, n. 14, p. 48, 13 jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/pensando.v7i14.4940> Acesso em: 06 dez. 2024.

DARWIN, C. **The autobiography of Charles Darwin, 1809-1882**. New York: Norton. 1993.

DIGBY, A. Malthus and Reform of the English Poor Law. In: **Malthus and his time**. Michale Turner (ed.). Londres: Palgrave Macmillan, 1986.

FONSECA, E. G. **O mercado das crenças:** filosofia econômica e mudança social. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HANDY, J. **Apostles of inequality:** rural poverty, political economy, and the Economist, 1760-1860. Toronto: University of Toronto Press, 2022.

KEYNES, J. M. Thomas Robert Malthus. In: **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. 10. London: Royal Economic Society, 1978.

MacRAE, D. G. **Thomas Malthus**. Encyclopedia Britannica (*online*), 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Thomas-Malthus>. Acesso em: 25 set. 2024.

MALTHUS, T. R. **Essay on the Principle of Population**. London: Macmillan (*reprint*), 1966 [1798].

MALTHUS, T. R. **An Essay on the Principles of Population**. Ed. Patricia James, v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

PULLEN, J. Malthus on the Doctrine of Proportions and the Concept of the Optimum. **Australian Economic Papers** (December), p. 270–285, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8454.1982.tb00389.x>. Acesso em: 25 set. 2024.

PULLEN, J. Malthus, Jesus and Darwin. **Religious Studies**, v. 23, n. 2, p. 233-246, 1987. Disponível em: < https://doi.org/10.1017/S0034412500018746>. Acesso em: 25 set. 2024.

PULLEN, J. 2016. Malthus on Causality. **European Journal of the History of Economic Thought**, v. 23, n. 3, p. 349–77, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09672567.2014.916729>. Acesso em: 25 set. 2024.

PULLEN, J. Malthus on social classes: higher, lower and middle. **Cambridge Journal of Economics**, v. 43, n. 5, p. 1417–1435, 2019a. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cje/bey056>. Acesso em: 25 set. 2024.

PULLEN, J. Malthus on the desire of bettering our condition and the *Vis Medicatrix Reipublicae*. **History of Political Economy**, v. 51, n. 4, p. 731-751, 2019b. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/00182702-7685212>. Acesso em: 25 set. 2024.

SKINNER, Q. **Vision of politics**: Regarding Method. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SOWELL, T. Malthus and the Utilitarians. **The Canadian Journal of Economics and Political Science**, v. 28, n. 2, p. 268-274, 1962. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/139197> Acesso em: 25 set. 2024.

WALTER, R. **Before Method and Models:** The Political Economy of Malthus and Ricardo. New York: Oxford University Press, 2021.

WINCH, D. **Malthus**: (Past masters). Oxford: Oxford University Press, 1987.

WINCH, D. **Riches and poverty**: an intellectual history of political economy in Britain, 1750-1834. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1996.

WRIGLEY, E. A.; SMITH, R. Malthus and the Poor Law. **The Historical Journal**, v. 63, n. 1, p. 33–62, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0018246X19000177>. Acesso em: 25 set. 2024.

CADENAS GLOBALES DE VALOR E INSTITUCIONES ECONÓMICAS: una perspectiva analítica

Rodrigo Fabian Laera [1]

DOI: https://doi.org/10.36113/rec.v8i2.4209

Resumen: El presente trabajo propone explorar la interacción entre las cadenas de valor y las instituciones económicas en el contexto de la economía global contemporánea. Las cadenas de valor se han convertido en una herramienta crucial para comprender cómo se crean, distribuyen y capturan los beneficios económicos en diferentes sectores y regiones. Al mismo tiempo, las instituciones económicas, como las leyes, regulaciones y normas, desempeñan un papel fundamental en la configuración y el funcionamiento de estas cadenas. Este artículo examina cómo las instituciones impactan las cadenas de valor y viceversa; cómo esta relación puede tener un efecto significativo en el desarrollo económico y la competitividad de las naciones.

Palabras claves: Cadenas de valor. Instituciones. Deslocalización. Globalización.

GLOBAL VALUE CHAINS AND ECONOMIC INSTITUTIONS: an analytical perspective

Abstract: This paper proposes to explore the interaction between value chains and economic institutions in the context of the contemporary global economy. Value chains have become a crucial tool for understanding how economic benefits are created, distributed, and captured in different sectors and regions. At the same time, economic institutions, such as laws, regulations, and norms, play a fundamental role in shaping and operating these chains. This article examines how institutions impact value chains and vice versa; how this relationship can have a significant effect on economic development and the competitiveness of nations.

Keywords: Value chains. Institutions. Offshoring. Globalization.

[1] Doctor en Filosofía por la Universitat de Barcelona (Barcelona, España), Doctorando en Ciencias Económicas por la Universidad Nacional de La Matanza (Buenos Aires, Argentina) e investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5132-7631. Correo electrónico: rodrigolaera@gmail.com.

Recebido em: 26/04/2024
Aceito em: 15/11/2024

1 INTRODUCCIÓN

La globalización económica ha vuelto más complejas las cadenas de valor, no solo en lo que se refiere a los vínculos entre firmas, debido a las distintas etapas de fragmentación en el diseño, producción y distribución, sino también en lo que se refiere a los vínculos institucionales que coordinan las diversas estructuras organizacionales (Arndt; Kierzkowski, 2001). Una cadena de valor comprende las actividades por las que un producto o servicio transita, desde su concepción hasta su entrega al consumidor final (Porter, 1986). En la economía actual, las cadenas de valor se presentan como un enfoque integral para analizar la producción y comercialización de bienes y servicios, son altamente dinámicas y se han globalizado significativamente. Esto implica que las firmas tienen la capacidad de participar en actividades de valor agregado en múltiples países, capitalizando sus ventajas comparativas y su especialización en las diferentes etapas de producción, lo que implica una combinación de transformación física y de los insumos en los servicios del productor (Gereffi *et al.*, 2001; Baldwin, 2012)[2]. Así, las cadenas globales de valor se pueden dividir en cuatro categorías principales: (i) la cadena de valor primaria, que incluye las actividades relacionadas con la producción de bienes como la agricultura, la minería y la pesca; (ii) la manufacturera, que incluye las actividades relacionadas con la transformación de materias primas en productos terminados; (iii) la de servicios, que incluye actividades como la distribución, el transporte y el marketing; (iv) la del diseño y gobernanza, que incluyen actividades como la investigación, el desarrollo de productos, la gestión de la propiedad intelectual y la organización.

No obstante, este tipo de actividades no operan en un entorno aislado, sino que están fuertemente respaldadas por una amplia gama de instituciones económicas que se adaptan a las demandas de los mercados globales. Si antaño las cadenas de valor y la división de tareas se encontraban integradas verticalmente a un enclave geográfico, con el auge del comercio internacional a partir de la Segunda Guerra Mundial, el sistema de manufactura se dispersó hacia un número sin precedentes de países (Gereffi, 1989). Los cambios producidos en uso del transporte, en la rapidez con la que se transmite de información y en los procesos de estandarización, permitieron la internacionalización de los suministros de bienes intermedios, especialmente a partir de las décadas de los 80 y 90, recurriendo al *offshoring* como estrategia de negocio (Grossman; Rossi, 2008)[3].

La dispersión global de la producción no es un fenómeno único. Está acompañada por la expansión de instituciones similares, reglas de juego y normas que responden a una política

[2] De hecho, según Baldwin (2012), el futuro de las cadenas de suministro a nivel global se verá moldeado por varios factores clave. En primer lugar, se prevé que las mejoras en la tecnología de coordinación desencadenen una disminución de los costos asociados con la desagregación funcional y geográfica. En segundo lugar, los avances en la manufactura asistida computacionalmente tenderán a reducir los beneficios derivados de la especialización, impulsando un cambio hacia etapas de mayor enfoque en habilidades, capital y tecnología. En tercer lugar, la disminución de las disparidades salariales disminuirá los incentivos para la deslocalización de actividades de países del Norte hacia el Sur, como es el caso de China. Por último, los movimientos en el precio del petróleo jugarán un papel crítico al aumentar los costos asociados con la desagregación.

[3] Siguiendo a ambos autores, esto sucede porque, al examinar específicamente las tareas comercializables y el impacto de la disminución de los costos de deslocalización en los precios de los factores en el país de origen, se identifica un efecto de productividad resultante del intercambio de tareas que beneficia al factor cuyas tareas pueden trasladarse más fácilmente al extranjero. Además, las reducciones de costos en el comercio de tareas pueden conducir a ganancias compartidas para todos los factores internos, en contraste con el conflicto distributivo habitual que surge de la disminución de los costos del comercio de bienes.

económica organizada, no solo alrededor de lo que se produce, sino también de dónde se produce, de por qué se eligió esa ubicación y de quienes se benefician con tal elección. Puesto que la expansión del comercio internacional impulsa la adaptación de las instituciones – tanto formales como informales – a los cambios en los modos de producción, es posible identificar reglas globales que se imponen a los agentes y que influyen directamente en la organización de las cadenas productivas en las que los Estados buscan participar.

Asimismo, los Estados, al cimentar sus estructuras y adecuarlas a las exigencias de la gobernanza corporativa para participar de la producción a nivel global, también generan resistencias en las comunidades locales. A medida que buscan fortalecer el papel en las cadenas de valor globales, las instituciones se enfrentan a una tensión constante entre las demandas de la economía globalizada y las necesidades de los sectores locales, que aspiran proteger sus intereses conservando los procesos tradicionales. En el marco de esta tensión, la gobernanza se relaciona con las prácticas institucionalizadas al definir los términos de la pertenencia a la cadena (*value chain participation*), incorporar o excluir a otros agentes y asignarles actividades de valor agregado que los agentes líderes no desean realizar, si es que no ven una tasa de beneficio satisfactoria. Por esta razón, las expectativas de normas estables y favorables son factores determinantes a la hora de tomar decisiones para involucrarse en las cadenas, pues a menudo existe una fuerte competencia por un puesto en ellas. Así, tanto la aceptación (*acceptance*) como la pertenencia en una cadena global se encuentran relacionadas con los mecanismos operativos claves de la gobernanza (Gereffi, 1994; Ponte; Peter, 2005)[4].

En efecto, el desempeño institucional, orientado a regular las conductas de los agentes económicos, brinda un marco normativo para que las estrategias en la toma de decisiones tengan éxito al conformar una cadena de valor. No obstante, aunque las instituciones desempeñen un papel fundamental para el funcionamiento de toda cadena de valor, como han señalado Eckhardt y Poletti (2018), las fuerzas institucionales que intervienen en la estructuración de la dinámica de dichas cadenas siguen siendo sorprendentemente poco investigada[5]. El objetivo principal de este trabajo consiste en explorar el aspecto institucional de las cadenas de valor a partir de la relación entre dos fenómenos: el de homogeneización y el de ventaja comparativa. La idea central reside en que la conexión productiva mediante la estrategia de incorporar un país a la cadena global de valor está condicionada, tanto por la idoneidad de las instituciones en el país de destino para cumplir con los requisitos de gobernanza y las expectativas, como por la

[4] Justamente, según Gereffi (1994), la gobernanza se define como las relaciones de autoridad y de poder que determinan cómo se asignan y fluyen los recursos financieros, materiales y humanos dentro de una cadena.

[5] Gereffi (1995) destaca cuatro dimensiones básicas que exploran la metodología de las cadenas globales de valor: (1) una estructura de entrada-salida, que describe el proceso de transformación de materias primas en productos finales; (2) una consideración geográfica; (3) una estructura de gobernanza, que explica cómo se controla la cadena de valor; y (4) el contexto institucional en el que se inserta la cadena de valor de la industria. Más adelante, Gereffi y Fernandez-Stark (2016), señalan seis dimensiones básicas. Las primeras tres dimensiones se refieren a elementos internacionales determinados por la dinámica de la industria a nivel global. Estas son: 1. Estructura de entrada y salida: describe el proceso de transformación de materias primas en productos finales. 2. Alcance geográfico: explica cómo la industria está globalmente dispersa y en qué países se llevan a cabo las diferentes actividades de la cadena de valor global. 3. Estructura de gobernanza: explica cómo la cadena de valor es controlada por las empresas. Las siguientes tres dimensiones explican cómo los países individuales participan en las cadenas de valor globales. Estas son: 4. Mejora: describe el movimiento dinámico dentro de la cadena de valor al examinar cómo los productores cambian entre diferentes etapas de la cadena. 5. Contexto institucional: en el que la cadena de valor de la industria está incrustada en elementos económicos y sociales locales. 6. Actores de la industria: describe cómo los diferentes actores locales de la cadena de valor interactúan para lograr la mejora de la industria.

capacidad de su estructura institucional para generar algún tipo de ventaja comparativa respecto a países competidores.

2. EL SUPUESTO RICARDIANO DE LAS CADENAS GLOBALES DE VALOR Y EL FENÓMENO DEL *OFFSHORING* O DESLOCALIZACIÓN

Las cadenas globales de valor se definen por el hecho de que cada vez más firmas, repartidas por el mundo y no en un solo país, participan en la realización de un producto o servicio. Para que esto sea posible, las instituciones económicas y culturales deben estar coordinadas con las diversas estrategias de deslocalización u *offshoring* para aceptar alguna de las distintas etapas de diseño, producción o distribución de las firmas. Junto al margen de beneficios mediante la especialización y la división del trabajo, las cadenas globales de valor permiten a las firmas aprovechar las ventajas que residen en diferentes países y regiones, representando la mayor parte del comercio mundial – el 70% en 2021 según el informe de la OMC[6].

En este sentido, el fenómeno del *offshoring* yace bajo el marco teórico de la ventaja comparativa, redefinida en las diferentes interpretaciones del modelo Heckscher-Ohlin, en la que los países comercian entre sí en función de sus dotaciones relativas de factores de producción, como el trabajo, el capital, la tierra y las habilidades. Los países exportarán aquellos bienes que requieran una mayor intensidad del factor que es más abundante, e importarán aquellos bienes que requieran una mayor intensidad del factor que es más escaso en ese país.

La idea general de este tipo de teorías consiste en suponer que la división en la cadena de producción favorece no solo a las empresas que participan, sino también comparativamente a los países donde se instala cada eslabón. Esto es posible por dos supuestos principales. El primero es que el fenómeno de *offshoring* aumentará la oferta mundial del bien *X*, ya que la empresa *E* producirá más cantidad de ese bien en total. Esto hará que el precio del bien *X* baje en relación al precio del bien *Y*, favoreciendo también a los consumidores, no solo de los países involucrados, sino de todos los países, pues podrán comprar más cantidad de ese bien a menor precio, debido a una reducción del costo total de producción. El segundo supuesto consiste en pensar que el *offshoring* afectará a los precios de los factores de producción en cada país. En el país *A*, habrá menos demanda de trabajo y capital para producir el bien *X*, lo que hará que los salarios y las rentas bajen. Esto perjudicará a los trabajadores y propietarios del capital en dicho país, ya que tendrán menos ingresos y menos poder adquisitivo. Además, los productores del bien *X* en el país *A* perderán competitividad frente a la empresa *E*, ya que tendrán mayores

[6] Véase: OMC, 2021. Teniendo en cuenta este punto, también resulta interesante pensar en una nueva fase, conocida como deglobalización o slowbalización (Linsi, 2021; Yücesan, 2023, p. 195-206), es decir, el proceso que resulta de la ruptura de la interconexión y la interdependencia global. Básicamente, al igual que la hiper-globalización se asoció con la aparición y consolidación de las cadenas globales de valor, la slowbalización está relacionada con una desaceleración en la actividad de las cadenas globales de valor. Se pueden señalar, de acuerdo con lo dicho, tres razones fundamentales para este fenómeno: (i) la reducción de las ventajas de costos en los países en desarrollo que han estado más activamente involucrados en las cadenas (Antras, 2020); (ii) la menor prominencia de estas ventajas de costos en el contexto actual de aumento de la automatización y robotización causado por la Industria 4.0 (Stapleton, 2019); (iii) las crecientes tendencias proteccionistas de algunos países avanzados en respuesta a la pérdida de su base industrial y empleo como consecuencia de las reubicaciones en países de bajo costo (Wijesinghe, 2021).

costes y menor producción. En cambio, en el país *B* habrá más demanda de trabajo y capital para producir el bien *X*, lo que hará que los salarios y las rentas suban. Esto beneficiará a los trabajadores y propietarios del capital en ese país, pues tendrán mayor poder adquisitivo. Sin embargo, los productores del bien *Y* en el país *B* también perderán competitividad frente a los productores del bien *Y* en el país *A*, pues tendrán mayores costes y menor producción.

Nuevamente, este tipo de teoría también acepta que la situación es ventajosa no solo para la firma líder, sino también para aquellas que producen los bienes intermedios (Batra; Casas, 1973; Dixit; Grossman, 1982)[7]. Lo anterior sucede porque se piensa que la deslocalización es una forma del comercio internacional del que se benefician todas las partes, llegando finalmente a una suerte de equilibrio a largo plazo. Por ejemplo, como han sugerido Agrawal y Farrell (2003), el objetivo de trasladar la producción y los servicios al extranjero es el de hacer más dinero, lo que significa más riqueza en el país de origen como en aquel que recibe el trabajo. Según esta percepción, el beneficio mutuo se debe a una mejora paretiana de la situación económica, tanto en la firma como en ambos países. En la firma, al abaratar los costos de producción; en el país de origen porque es donde se distribuye la riqueza de la firma; en el país receptor porque disminuye la tasa de desempleo y se impulsa el desarrollo económico mediante la diseminación de las técnicas de producción[8]. Este argumento también sirve como justificación de los tratados de libre comercio y la eliminación de barreras o regulaciones al comercio internacional, pues se basa principalmente en que la especialización de los factores de producción, mediante el aprendizaje, deriva en un costo de oportunidad más bajo.

No obstante, las grandes cadenas globales de valor se encuentran muy lejos de la lógica del modelo ricardiano de "tela" y "vino", pues se trata de redes asimétricas, en las que los bienes y los agentes económicos son heterogéneos, vinculados por conglomerados de firmas que ocupan un rol estratégico dentro de la red[9]. Asimismo, la complejidad de tales cadenas excede

[7] Por ejemplo, Bartra y Casas (1973) presenta una crítica a la teoría neo-Heckscher-Ohlin, que se basa en la premisa de que los países se especializan en la producción de bienes en los que tienen una ventaja comparativa basada en sus dotaciones de factores de producción. Sin embargo, esta teoría no considera el papel de los productos intermedios en el comercio internacional. Dichos autores argumentan que el comercio de productos intermedios puede tener efectos positivos en el crecimiento económico y en la reducción de la desigualdad, al permitir a los países aprovechar las economías de escala y acceder a tecnologías más avanzadas.

[8] En la misma línea, por ejemplo, también: Smith (2006), para quien el fenómeno de *offshoring*, como una especie de ventaja comparativa en la que todos ganan, posee al menos cuatro veneficios económicos. El primer beneficio proviene de los costos más bajos y, en la medida en que haya un flujo de estos trabajos al exterior, también una inflación más baja. El segundo beneficio radica en que del 70 al 80 %, van a la deslocalización del país. Eso es difícil de explicar a alguien cuyo trabajo acaba de ser desplazado. Pero hay una ganancia de ingresos reales proveniente directamente de los precios más bajos e, indirectamente, a través del impulso a las ganancias corporativas y, por lo tanto, a los dividendos. El tercero consiste en que, incluso cuando los países tienen un desempleo relativamente alto, suelen sufrir una escasez específica de determinados tipos de mano de obra y la deslocalización viene a suplir esta falta. El cuarto beneficio radica en que el traslado de trabajos al extranjero permite que los trabajadores se trasladen a trabajos de mayor valor agregado y productividad.

[9] Confrontar con Baldwin, Ito y Sato (2014), quienes sostienen que los extremos de una cadena de valor suelen implicar actividades más abstractas y basadas en el conocimiento, como investigación y desarrollo, diseño, construcción de marca en las etapas iniciales, así como servicios postventa y marketing en las etapas posteriores. Mientras que las etapas intermedias suelen estar relacionadas con actividades intensivas en mano de obra, como la fabricación y el ensamblaje. Esta especie de U ayuda a arrojar luz sobre la "paradoja de preocupaciones" que se centra en la distribución de las ganancias del valor agregado entre las economías desarrolladas y en desarrollo. Las economías avanzadas tienden a enfocarse en etapas de producción que generan un alto valor agregado, mientras que las economías en desarrollo tienden a participar en actividades de producción de bajo valor y tangibles. Este patrón suscita la preocupación de que estas últimas puedan quedar atrapadas en la parte inferior de la curva en forma U.

la asignación óptima y estática de Ricardo, en el que solo hay dos países y dos productos[10]. Por un lado, si la asignación es dinámica, entonces habría que contar con n países con n productos en el que no existe un único patrón de asignación óptima en detrimento de la ventaja comparativa[11]. Esto ocurre porque cuando cambian los productos cambia la asignación, en t_1 hay un producto (p) que le corresponde una asignación (a), pero al tiempo que la asignación pueda hacerse efectiva, el interés por el producto puede cambiar en t_2, pues el capital no es absolutamente móvil, de manera que $ap/(t_2 - t_1)$. También puede darse que, al haber n países, se piense que dos países tengan la misma ventaja sin que ninguno quiera resignar su posición en el mercado. Por otro lado, siguiendo la lectura de Milberg y Winkler (2018, p. 127-128), cuando el tipo de especialización es vertical, el análisis propio de la ventaja comparativa resulta ser meramente abstracto. Las cadenas globales de valor ponen en evidencia que no existen especializaciones intrínsecas a cada país, porque no hay capacidades tecnológicas ni dotación de factores que sean específicas *ex ante*, y que solo sean reconocidas para determinar una asignación eficiente. Por lo tanto, los países pueden intentar crear ventaja comparativa con respecto a sus competidores, pero esto se encuentra limitado a la indeterminación externa, es decir, la posibilidad de que haya o no haya una asignación eficiente de recursos para conocerla a tiempo. La mera ventaja comparativa ya no parece ser una justificación suficiente para la especialización[12].

A lo dicho hay que agregarle que la teoría no considera los efectos ambientales, sociales y políticos del *offshoring*, que pueden ser negativos tanto para el país de origen como para el país de destino. Por ejemplo, el *offshoring* puede generar contaminación, explotación laboral, pérdida de identidad cultural o dependencia económica. En efecto, las consecuencias económicas, especialmente a largo plazo, son muy difíciles de medir. Por ejemplo, la teoría debería tener en cuenta la existencia de costes de transacción, que son los costes asociados a la realización de un intercambio económico. También los costes asociados que pueden incluir el control de la estabilidad económica, la comunicación entre partes, la información necesaria para establecer negociaciones fructíferas en términos de contratación y de comercialización, la supervisión del cumplimiento de los contratos, etc. Estos costes pueden reducir o eliminar los beneficios del *offshoring* si son muy elevados.

Análogamente a los problemas propios de la ventaja comparativa[13], también puede pensarse cómo el fenómeno de *offshoring* y las cadenas globales de valor han minado el modelo de gravedad, que establece una relación inversa entre la distancia y el comercio internacional (Isard, 1954)[14]. Aunque dicho modelo proporciona expresiones útiles para determinar el

[10] Esto puede contrastarse con la idea de complejidad. Así, según Hartmann *et al.* (2017), los países que exportan productos complejos, medidos por el Índice de Complejidad Económica, tienen niveles más bajos de desigualdad de ingresos que los países que exportan productos más simples. En formas más sofisticadas de servicios y manufactura, la diversificación productiva implica mayor desarrollo económico.

[11] Lo mismo puede pensarse para modelos del tipo de factores específicos, donde el trabajo es el factor móvil, mientras los factores específicos tienen una menor velocidad de ajuste.

[12] Quizás la virtud todavía relevante de la teoría ricardiana de la ventaja comparativa radica en mostrar analíticamente cuán distinto es el comercio internacional del nacional.

[13] De hecho, Anderson (1979), ha afirmado que las predicciones del modelo de gravedad pueden derivarse de enfoques teóricos como el ricardiano o el modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson.

[14] Dicho sea de paso, Isard (1954) ha basado la teoría de la gravedad en las interrelaciones del comercio y la teoría de la ubicación para el análisis de corto plazo, apartándose de la doctrina comercial tradicional e introduciendo el concepto de ingreso potencial y el uso del análisis interregional insumo-producto para el comercio internacional.

volumen de exportaciones de cada firma, y la agregación de firmas dentro de una economía, no es suficiente para abordar la configuración que han adquirido las cadenas globales de valor, donde el flujo internacional de bienes y servicios no se realiza directamente de exportadores a importadores, sino por el desplazamiento de las funciones productivas, en base a las ventajas institucionales que ofrece cada región.

Se puede conceder que el modelo de gravedad permite obtener una imagen general del comercio, especialmente en el contexto de la economía neoclásica (Deardorff, 1998)[15]; pero dicho modelo no refleja plenamente las complejidades de las pautas comerciales de las cadenas globales de valor, que a menudo implican flujos comerciales asimétricos. El modelo de gravedad es consistente con la idea de que el comercio depende del tamaño del país. No obstante, a medida que la cadena de valor se alarga, el volumen de comercio bilateral tiende a ser menor de lo que los modelos de gravedad convencionales predicen, debido a una menor integración en la red de producción internacional. En efecto, una de las limitaciones del modelo de gravedad consiste en que la red comercial no siempre coincide con la de producción, pues la primera puede extenderse más allá de los límites de la segunda. Esto significa que el comercio entre dos países no necesariamente se vincula directamente a la producción que están realizando (Bergstrand, 1985). Este aspecto subraya las restricciones del modelo de gravedad para entender el funcionamiento de la organización financiera e industrial y para explicar la compleja dinámica de las cadenas globales. De modo que el modelo de gravedad deja de ser relevante para explicar la importancia de la ubicación en las cadenas globales de valor y su fuerte crecimiento desde los años 80s (Porojan, 2001). Por ejemplo, China fue el principal proveedor y comprador de bienes intermedios, que es un indicador de la actividad de las cadenas de suministro. Según la OMC, en el primer trimestre de 2021, la participación del comercio de bienes intermedios en el comercio total (excluidos los combustibles) de China fue del 51%, un porcentaje que se ha mantenido constante durante el último decenio. Esto sugiere que hay una orientación hacia una posición dominante en la configuración y gestión de estas cadenas globales. En otras palabras, el volumen y la influencia del mercado de bienes intermedios chinos, incluso en países alejados como Argentina o Brasil, ha puesto en duda tanto el modelo de la ventaja comparativa como el de gravedad[16].

3 GOBERNANZA

La globalización ha traído consigo un aumento significativo de la competencia y una mayor integración económica a lo largo de la cadena de valor. En este contexto, la competitividad a nivel global requiere del desarrollo de cadenas de suministros que sean eficientes, combinadas con procesos logísticos que permitan optimizar tanto los tiempos como el uso de los espacios físicos. Asimismo, la competencia actual ha conducido a las organizaciones a enfocarse en sus capacidades básicas, trascendiendo su entorno inmediato y creando cadenas de suministro globales, de modo que puedan generar valor agregado y

[15] Aunque sea a un nivel abstracto, resulta interesante cómo Deardorff (1998) conecta el modelo de gravedad con el modelo Heckscher-Ohlin.
[16] Aunque en algunos casos, como el de Argentina y Brasil, el modelo de gravedad siga siendo interesante para explicar por qué son principales socios comerciales.

sinergias entre los diferentes eslabones de la cadena, mediante la colaboración y la coordinación de los agentes involucrados.

Con el fin de lograr eficiencia en toda la cadena productiva y ganar una mayor participación en el mercado, las firmas han invertido en una mejor gobernanza para lograr un mejor rendimiento. Aunque la globalización haya dado lugar a la creación de cadenas de suministro globales, tales cadenas dependen de una capacidad de organización centralizada que coordina las redes productivas y comerciales implicadas (Dicken, 2011, p. 49-71). Redes que están conformadas y gestionadas por coordinadores que comparten la gobernanza de los procesos de transición, junto con importadores, exportadores e intermediarios correspondientes. Como señalan Humphrey y Schmitz (2001, p. 20) "usamos el término [gobernanza] para expresar que algunas empresas de la cadena establecen y/o hacen cumplir los parámetros bajo los cuales operan otras en la cadena. Una cadena sin gobernanza no sería más que una cadena de relaciones de mercado".

Ahora bien, en los últimos años se han producido cambios tecnológicos que han impactado en la transformación del comercio mundial e impulsado la automatización, la digitalización y la conectividad en todas las fases de la cadena de suministro, lo que ha generado mayor eficiencia, rapidez y visibilidad en la gestión de la cadena de valor. Por ejemplo, la mejora en las redes globales de información ha habilitado la recopilación de datos a una escala sin precedentes, permitiendo prever la demanda con el fin de optimizar rutas de transporte o gestionar inventarios de manera más eficiente. Esto ha conducido a tomas de decisiones más informadas, reducción de costos operativos y mayor adaptabilidad a las dinámicas cambiantes del mercado global[17]. A esto debe sumársele que, en tiempos recientes, la inteligencia artificial ha impulsado nuevas formas de interacción y organización, mejorando tanto la coordinación como la capacidad predictiva. Su objetivo es reducir la incertidumbre, lo que no solo conduce a un aumento en la productividad, sino que también introduce un enfoque innovador en lo que respecta a la asistencia, fortaleciendo la eficacia de la gobernanza (Agrawal; Gans; Goldfarb, 2019, p. 198-199).

Los procesos de organización constituyentes de la gobernanza tienen el propósito de alcanzar una cierta división funcional del trabajo, la asignación específica de recursos y la distribución de beneficios. En este sentido, la gobernanza establece las condiciones de participación en los procesos de producción, como los costos asociados, los estándares de calidad, el precio de las materias primas, la ubicación de las instalaciones, la capacidad tecnológica, los plazos y los métodos de producción, los sistemas de distribución, junto a la toma de decisiones operativas y financieras –las características de endeudamiento, las condiciones de los programas crediticios o la negociación de pagos anticipados–[18]. De igual

[17] Según Gereffi, Humphrey y Sturgeon (2005), existen tres variables que desempeñan un papel importante en la determinación de cómo se da la gobernanza y cómo cambian las cadenas globales de valor: (i) la complejidad de la información involucrada en la producción e intercambio de bienes y servicios; (ii) la capacidad de codificar esta información en estándares y protocolos que puedan ser compartidos entre diferentes actores en la cadena de valor; (iii) el nivel de competencia del proveedor, que se refiere a las habilidades, conocimientos y recursos que los proveedores poseen para cumplir con los requisitos de las empresas líderes y otros compradores en la cadena de valor.

[18] Kaplinsky (2000) ha profundizado en un aspecto crítico de la gobernanza, destacando la noción de que una gobernanza eficaz con frecuencia depende de competencias intangibles. Estas competencias, que abarcan áreas como investigación y desarrollo (I+D), diseño, marca y marketing, desempeñan un papel fundamental a la hora de

manera, mediante la gobernanza se pueden decidir los términos de los contratos, en los que se manifiestan las responsabilidades y obligaciones legales entre los miembros de la cadena, dando cuenta del poder relativo de negociación de los participantes[19].

Teniendo en cuenta la capacidad de la gobernanza para gestionar los riesgos y oportunidades de la cadena de suministro, se puede afirmar que es una herramienta fundamental para garantizar su eficiencia y sostenibilidad. Tómese como un pequeño ejemplo el estudio de Costello y Ovando (2019) en relación con la actividad pesquera, en el que muestran que, si bien la pesca mundial en gran medida se ha diversificado, las industrias pesqueras que están bien gestionadas, a menudo tienden a gozar de una salud razonablemente buena, mientras que la pesca costera, de regiones con baja gobernanza, a menudo tienden a tener mala salud[20]. De esta manera, la gobernanza parece desempeñar un papel central en la mejora de los resultados de la actividad pesquera, en concordancia con diseños institucionales apropiados para alcanzarlos, como la gestión pesquera basada en los derechos RBFM (rights-based fishery management).

Importa destacar, como hacen Baldwin y Venables (2013), que el rol operativo de la gobernanza en la cadena de valor difiere si se trata de modelos productivos de araña o de serpiente. Es más, los detalles de ingeniería del proceso de producción afectan las decisiones de ubicación de las empresas en un mundo globalizado. Si el proceso es de serpiente, entonces las etapas de producción deben seguir un orden determinado y no pueden reorganizarse ni realizarse simultáneamente; es decir, muchas piezas ensambladas en una secuencia específica para que funcione, moviéndose de manera secuencial desde el principio hasta el final, con valor agregado en cada etapa. En cambio, los procesos del estilo de araña implican el ensamblaje de piezas sin ningún orden en particular. Se trata de una multiplicidad de miembros (partes) que se unen para formar un cuerpo (conjunto), que puede ser el producto final o un componente, por ejemplo, un módulo en la industria automotriz. No obstante, en la manufactura, es común encontrar procesos de producción que son una amalgama de ambos enfoques. Dualidad que se manifiesta en diversas etapas de la cadena de suministro y producción. Por ejemplo, en la industria textil, desde la materia prima, como el algodón, pasando por la fabricación de hilo, la creación de tela y, finalmente, la confección de camisas, se establece un proceso de serpiente. Los materiales fluyen de una etapa a otra en una secuencia lógica y continua. Sin embargo, cuando se llega a la fase de añadir los botones a las camisas, aquí se establece el modelo de araña. Los botones pueden provenir de diferentes fuentes, y su incorporación puede requerir de un proceso más descentralizado y menos lineal. Por lo tanto, la gobernanza se encontrará influenciada por los insumos para la producción. Un proceso de producción lineal, tipo serpiente, tiende a ser más fácil de gestionar y controlar, pudiendo conducir a estructuras jerárquicas de gobernanza en las que las decisiones organizacionales se toman de manera centralizada a lo largo de la cadena de suministro. En contraste, un proceso de producción, tipo araña, con múltiples fuentes y conexiones descentralizadas, requiere de estructuras de gobernanza más flexibles y colaborativas. Las decisiones pueden tomar formas más

dar forma al éxito de una empresa. Se caracterizan por sus formidables barreras de entrada, y quienes logran superar estos obstáculos a menudo pueden disfrutar de rendimientos sustanciales de sus inversiones.

[19] Esto principalmente debido a la asimetría en la relación con los integrantes de la cadena, de los cuales algunos se caracterizan por tener menor capacidad productiva, menor nivel de innovación tecnológica y menor capacidad para negociar contratos.

[20] Por “buena salud” se refiere a que las poblaciones de peces se mantengan en niveles sostenibles y que los ecosistemas marinos conserven su diversidad y funcionamiento.

independientes y adaptativas para gestionar las diversas fuentes de suministro y los aspectos logísticos. Consecuentemente, la gobernanza de la cadena de valor también puede variar según el nivel o la etapa de análisis, y puede haber diferentes grados o formas de centralización o descentralización. Así, la gobernanza se corresponde con el objeto que se busca producir; se verá afectada por la distribución espacial de la actividad económica, las instituciones que participan y los patrones comerciales en un mundo en el que se persiguen costos decrecientes.

Por un lado, las cadenas están formadas por coordinadores que comparten la gobernanza de los procesos de transición, y su objetivo es mantener la provisión de materias primas y productos en movimiento a un ritmo constante al menor costo posible. Por otro lado, el sistema global, a su vez, fomenta la producción y distribución de bienes para que se compensen las deficiencias de los factores, brindando oportunidades para que diferentes firmas atiendan las exigencias de los mercados específicos con demandas diferenciadas. Algo que puede contrastar con los procesos de estandarización. En efecto, el contraste entre la especificidad de la demanda y la estandarización refleja la complejidad y la diversidad de la gobernanza. Las cadenas impulsadas por los compradores se destacan por su énfasis en la satisfacción de las necesidades específicas de los clientes y la adaptación a las demandas cambiantes del mercado. Esto puede conducir a una mayor personalización de productos y servicios, así como a la búsqueda de proveedores que puedan ofrecer soluciones a medida. En cambio, las cadenas impulsadas por los productores tienden a estar más orientadas hacia la eficiencia y la estandarización. En efecto, las firmas, especialmente las que son líderes, buscan optimizar sus operaciones mediante la gobernanza de la cadena, estimulando la estandarización y la automatización con el objetivo de reducir costos y son más rígidas en términos de adaptación a cambios en la demanda o requisitos específicos de los consumidores (Gereffi, 1994).

Al segmentar los diferentes eslabones de la cadena por valor agregado, la globalización también ha provocado una división internacional del trabajo que condujo a la inseguridad económica, entendiéndola como el resultado del riesgo de un golpe negativo en el ingreso de los hogares, especialmente al perder el trabajo. Las presiones por parte de la gobernanza para que las instituciones políticas flexibilicen el mercado laboral crean un ambiente donde la necesidad de adaptarse a las demandas cambiantes de dicho mercado se convierte en un desafío constante para los trabajadores. Algo que a su vez puede aumentar la incertidumbre económica y la inestabilidad en la vida de las personas.

No obstante, la precarización laboral no solo afecta al país de destino, dado que las firmas exigen desregulaciones para conseguir mayor libertad para contratar y despedir empleados como un requisito para establecerse en ese país, sino también en el país de origen, pues, como señala Levy (2005), reducir los salarios a través de la deslocalización conduce a la creación de riqueza para los accionistas, pero no necesariamente a la de los países y los empleados. El *offshoring* crea mercados globales de productos básicos para habilidades específicas y cambia el equilibrio del poder de mercado entre empresas, trabajadores y países. Esto se debe a que muchos trabajadores desplazados tendrán dificultad para cambiar a trabajos más calificados, pues hay una brecha que no es cubierta entre las habilidades que poseen y las que se requieren en el nuevo escenario[21]. La gobernanza no solo tiene que hacer frente a la

[21] Siguiendo a Levy (2005, p. 690) “la creación de mercados laborales globales para grupos de habilidades específicas reduce el poder de negociación de todos los trabajadores en relación con sus empleadores. La

reducción del costo laboral, sino también a satisfacer una demanda sesgada por la mano de obra competente. En consecuencia, ha surgido una nueva demanda, con una división internacional del trabajo, así como la necesidad de contar con un sistema logístico que se ajuste a estas demandas. En efecto, la división internacional del trabajo exige una segmentación de la cadena de suministro para facilitar la producción y distribución flexible de bienes, acorde a las necesidades del mercado. Así, la división internacional del trabajo compensa la falta de disponibilidad de factores de producción en algunas áreas del mundo al transformar el sistema global en un mercado global (Hall; Rosenberg, 2010, p. 3-9).

En los procesos de estandarización, el trabajo se manifiesta mediante métodos uniformes con el propósito de asegurar un flujo de materias primas y productos a un ritmo constante[22]. La fragmentación de la producción y la deslocalización de tareas permiten a los empleadores aprovechar la segmentación de la fuerza laboral para trasladar los riesgos laborales fuera de la firma, algo que ocurre a escala global. En diferentes unidades de producción, los trabajadores desempeñan diversas funciones y se paga de acuerdo con su rendimiento, sin tener en cuenta el producto final al que contribuyen. De hecho, más adelante en la cadena de subcontratación, es probable que los trabajadores ni siquiera conozcan el producto final, ya sea con marca o no, al que están contribuyendo (Nathan; Sarkar, 2011, p. 54). Esta descentralización de tareas y la falta de conexión directa con el producto final son características distintivas de esta dinámica laboral globalizada.

La gobernanza de las cadenas globales de suministro se establece en los mercados de la región, desde un área geográfica específica hacia un número específico de industrias, lo que resulta del crecimiento de la cadena productiva en los mercados globales. Por ejemplo, los acuerdos de libre comercio que fomentan el intercambio de bienes y servicios han proporcionado una infraestructura institucional clave para los procesos de la cadena de suministro a nivel mundial y, con ello, una dispersión laboral sin precedente por producto terminado. Por un lado, este tipo de tratados permite la diferenciación a la baja tanto en la provisión de bienes de consumo como del capital, a través del precio y el rendimiento, por lo que resulta forzoso transferir a los consumidores los riesgos que los cambios institucionales implican. Mientras tanto, los productores cuentan con los medios para hacer cumplir los costos de esta transferencia, lo que fortalece aún más las capacidades de las grandes corporaciones, a través del poder que se desprende del movimiento físico de los bienes en la cadena de suministro. Por otro lado, los acuerdos de libre comercio también contribuyen a la división del trabajo, a través de la subcontratación y las cadenas de suministro, de una manera que permite

deslocalización también cambia el equilibrio del poder de mercado entre las empresas. Mientras que un grupo selecto de proveedores de primer nivel sofisticados puede beneficiarse de su relación con las empresas principales, muchas compañías, especialmente en países en desarrollo, es probable que sufran una pérdida de poder de mercado". Así, según el autor, la externalización se realiza no solo en busca de eficiencia, sino que constituye también una estrategia de poder. Las empresas intentan elevar las barreras de mercado para proteger sus activos y capacidades principales, al mismo tiempo que convierten en productos básicos las actividades que externalizan. Esto resulta en un cambio en la distribución de recursos y el equilibrio de poder entre y dentro de las empresas, países y grupos sociales. Estas estrategias están entrelazadas con formas más convencionales de poder político, ya que las estructuras de mercado están integradas en relaciones sociales que, por ejemplo, sitúan al estado como promotor de los intereses corporativos en lugar de los nacionales y limitan la capacidad de los sindicatos para desafiar el proceso.

[22] Samuelson (1952) señalaba que equilibrio espacial de precios (SPE) conllevaba cierta convergencia a largo plazo entre los precios en diferentes lugares, lo cual se logra a través de la interacción del comercio y los flujos de transporte mediante el uso de la programación lineal.

la flexibilidad de respuesta y el apalancamiento de la rentabilidad de bienes en el mercado. Para poder lograr esta flexibilidad, es necesario contar con instalaciones de fabricación que se sitúen en países que cuenten con una mano de obra que sea barata, pero que al mismo tiempo cuente con la protección institucional necesaria para que los derechos laborales estén restringidos[23].

En suma, mediante la gobernanza, las firmas líderes no solo establecen estándares, sino que además despliegan todo su poder en el mercado. Por ejemplo, al contar con la capacidad de colaborar con otras empresas que ofrecen productos complementarios y de formar alianzas estratégicas que fortalecen su influencia conjunta, estas firmas también pueden relegar a competidores emergentes más pequeños que, de otro modo, podrían convertirse en rivales futuros. No solo ocupan una posición dominante en el mercado, sino que también tienen una presencia consolidada en las instituciones pertinentes, lo que les otorga una ventaja adicional en la toma de decisiones y en la influencia sobre políticas comerciales y económicas. Así, pueden ejercer presión, amenazando con la interrupción de suministros cruciales para los procesos productivos o aplicando estrategias de fijación de precios que excluyen a un número significativo de empresas más pequeñas del panorama comercial. Mediante tácticas de control de precios, y su impacto en la gestión y regulación del mercado, las firmas líderes consiguen generar beneficios y ganancias que, de otra manera, serían inalcanzables. Esto les otorga una ventaja considerable, permitiéndoles no solo mantener su posición dominante, sino también expandirla, consolidando así su poderío económico y su influencia en el mercado en general.

4. HOMOGENEIDAD Y DIFERENCIA INSTITUCIONAL: el andamiaje de las cadenas globales de valor

En el contexto de una economía global altamente interconectada, la idea de que cualquier nación pueda aislarse parece desvanecerse. El brote de COVID-19 ejemplifica la necesidad de colaboración a nivel internacional, particularmente en los ámbitos de la salud pública en los que todas las naciones desarrolladas han desempeñado un papel activo. En los casos de emergencia global, la importancia de la gobernanza en las cadenas globales de valor puede marcar una gran diferencia para asegurar que la fabricación y el suministro de productos esenciales, como los kits de prueba, medicamentos y equipos médicos, se mantengan a disposición de quienes los necesiten[24].

[23] Aquí resulta interesante el punto de vista de Nelson (1991), para quien las estructuras de las gobernanzas corporativas se deben en parte a razones discrecionales y en parte a factores exógenos derivados del contexto en el que operan las empresas. Como resultado, aunque las empresas pueden mostrar diferentes estructuras de gobierno corporativo incluso dentro del mismo sector o país, las empresas también desarrollan su estructura organizativa de forma interdependiente con el entorno institucional más amplio en el que están incrustadas, lo que tiende a generar patrones dominantes de la gobernanza corporativa a nivel nacional.

[24] En otro orden, un ejemplo análogo puede observarse en el contexto de la guerra entre Rusia y Ucrania, que ha puesto de relieve la necesidad de colaboración internacional, especialmente en áreas clave como la seguridad energética y el suministro de alimentos. Las sanciones económicas impuestas a Rusia y la interrupción de las exportaciones agrícolas de Ucrania han evidenciado la fragilidad de las cadenas globales de valor y la dependencia mutua entre las naciones. Situación ha resaltado cómo los conflictos regionales pueden tener repercusiones significativas en la economía global, afectando tanto a países directamente involucrados como a aquellos que dependen de sus recursos. La interrupción en el suministro de gas y petróleo ruso, por ejemplo, ha llevado a países europeos a reconsiderar sus fuentes de energía y a impulsar políticas de diversificación energética que reduzcan su vulnerabilidad. A su vez, la escasez de granos y otros productos agrícolas provenientes de Ucrania ha disparado

No obstante, la gobernanza no radica simplemente en el conjunto de mecanismos que regulan las relaciones entre los agentes que participan en las cadenas de valor. Aunque posea la potestad de establecer los estándares, las normas y las condiciones de participación, estos mecanismos interactúan con instituciones formales e informales. En este sentido, las instituciones económicas son el andamiaje de las cadenas de valor y posibilitan la participación de una comunidad o Estado en la cadena. Así, la participación de los países en las cadenas globales de valor puede verse influenciada por la calidad de sus instituciones, que incluye factores como la solidez de los derechos de propiedad y la presencia de reglas claras y estables. Aspectos como una mejor regulación, la estabilidad política o la infraestructura de alta calidad se destacan en el funcionamiento institucional, que desempeñará un papel determinante en la participación de los países en las cadenas globales de valor (Dollar; Yu, 2016). Este análisis revela que la calidad institucional ocupa un rol preponderante en la decisión de una firma para integrarse a un determinado país[25]. Sin embargo, importa destacar que el concepto de calidad institucional implica que las instituciones estén diseñadas y operen de manera que satisfagan las necesidades y los requisitos de las firmas transnacionales. En otras palabras, la calidad institucional implica la adaptación de las instituciones a las demandas y circunstancias específicas de las firmas, lo que a su vez influye en la viabilidad y el éxito de la participación en las cadenas globales de valor[26].

Siguiendo esta lectura, según Levchenko (2013), las instituciones que presentan imperfecciones generan beneficios para ciertas partes de la economía y se convierten en una fuente de desventaja comparativa en otras, especialmente en lo que se refiere a la producción y el comercio. La calidad de las instituciones se establece como un equilibrio dentro de la economía real, repercutiendo sobre el PBI. Pero este no es un ciclo por el cual, a mayor PBI, mayor inversión extrajera, y a mayor inversión extrajera, mayor PBI. En la misma línea, Bénassy-Quéré, Coupet y Mayer (2007) han sostenido que las instituciones importan más que el PBI para determinar los flujos de inversión directa extranjera (IDE). Según dichos autores, los países con instituciones económicas más sólidas reciben más IDE. En particular, los derechos de propiedad, la corrupción y la estabilidad política son los factores institucionales más importantes para atraer o alejar IDE. No obstante, en este tipo de casos, los análisis son demasiado lineales; es complicado establecer si un país tiene un gran desarrollo económico como para atraer inversiones debido a las instituciones económicas que posee, o viceversa, su flujo de inversiones y su desarrollo económico le han permitido tener tales instituciones. A su vez, las instituciones pueden tener un impacto diferente en los flujos de IED, dependiendo del sector al que estén orientadas. Por ejemplo, las instituciones económicas pueden ser más

los precios de alimentos básicos a nivel mundial, afectando especialmente a las economías en desarrollo que dependen de las importaciones para satisfacer sus necesidades alimentarias.

[25] Incluso los estados desarrollistas pueden estar incluidos en este enfoque: cfr. Johnson (1999).

[26] Por ejemplo, las empresas extranjeras pueden exigir que se cambien las reglas de juego con el fin de reducir salarios o condiciones laborales para poder invertir, lo que puede llevar a una pérdida de derechos de los trabajadores. También pueden exigir que las instituciones económicas adopten regulaciones más flexibles, como las ambientales o simplemente que se reduzcan los impuestos. Esto puede llevar a una disminución de los ingresos fiscales y a un aumento del costo social, proveniente de la externalidad negativa propia de la contaminación.

importantes para la atracción de IED en sectores intensivos en capital o en tecnología, o también en el área de servicios y comercialización[27].

Por un lado, en situaciones en las que los países comparten la misma tecnología, se origina lo que se conoce como una "carrera hacia la mejora" en la calidad institucional: ambas naciones que participan en el comercio se ven presionadas a elevar el nivel de sus instituciones después de abrirse al intercambio. No obstante, las instituciones nacionales no experimentarán mejoras en ninguno de los países cuando uno de ellos tenga una ventaja tecnológica comparativa lo suficientemente sólida en el sector que demanda una alta calidad institucional[28]. Si bien las características institucionales del país y la industria afectan el volumen de deslocalización entre empresas y sus afiliadas, esto no quiere decir que la deslocalización sea un fenómeno inevitable o irreversible. Las firmas pueden optar por reubicar sus actividades en países con mejores instituciones, pero también pueden optar por mejorar las instituciones de su país de origen para evitar la deslocalización.

Por otro lado, la capacidad de los grandes conglomerados económicos para influir en las instituciones representa una forma de captación institucional[29]. Estas instituciones terminan adheridas a las normas dictadas por las corporaciones. Una vez que estas empresas realizan inversiones sostenidas en un país, este se vuelve dependiente de dichas inversiones y, como consecuencia, le resulta difícil establecer sus propias regulaciones, pues las corporaciones pueden ejercer presión de manera creciente, incluso amenazando con retirar sus inversiones. Estos fenómenos afectan principalmente a las instituciones encargadas de regular las actividades de las firmas.

Los esfuerzos de los gobiernos nacionales para crear activos vinculados a la ubicación sobre los cuales atraer las firmas extranjeras pueden volverse en contra. En efecto, al centrarse en atraer firmas extranjeras, los gobiernos nacionales pueden perder el control sobre los procesos de producción y la definición de estándares para productos y servicios. Esto puede generar una dependencia excesiva de las firmas extranjeras, que pueden decidir trasladar sus operaciones a otro país o región en cualquier momento, dejando a los países anfitriones en una posición vulnerable en relación con las exigencias que las propias firmas podrían imponer. A su vez, como resultado del alto nivel de integración de las cadenas de suministro globales, estas son muy vulnerables ante impactos externos y disrupciones internas, que se amplifican por el

[27] También Nicolini (2019) ha sostenido que las instituciones importan de manera diferente en los diversos sectores. Esto es que las características institucionales del país y de la industria afectan positivamente el volumen de deslocalización, especialmente para productos intermedios.

[28] Según Aizenman y Spiegel (2006), los agentes nacionales tienen una ventaja comparativa sobre los agentes extranjeros para superar algunos de los obstáculos asociados con la corrupción y las instituciones débiles, pues la corrupción está asociada negativamente con la relación entre los flujos posteriores de inversión extranjera directa y la formación bruta de capital fijo. Partiendo de esto, hay un costo adicional para la firma que hace a la aplicación que suponen que los costos de vigilancia y aplicación ex post son más bajos para los empresarios nacionales que para los extranjeros, pero los productores extranjeros disfrutan de una ventaja de productividad compensatoria. Bajo estas asimetrías, las multinacionales pagan salarios más altos que los productores nacionales, de acuerdo con la percepción de los salarios de eficiencia y con la evidencia sobre la prima salarial de las multinacionales.

[29] Para un enfoque distinto, véase: Phelps (2000), quien explora las implicaciones de la convergencia de las dinámicas corporativas e institucionales a escala local y subnacional en el contexto de la creciente atracción e integración de multinacionales en diferentes lugares. Phelps sostiene que este proceso puede conducir a alguna forma de captura de la capacidad institucional subnacional por parte de las multinacionales, y que el papel político apropiado para las instituciones nacionales y subnacionales no es simplemente reducir los costos de transacción que enfrentan las multinacionales, sino crear capacidades locales.

alto nivel de conectividad entre países y por el alto grado de interdependencia entre los participantes. Esto conduce a la fragilidad de las cadenas de suministro globales y, con ello, de las instituciones adaptadas a sus exigencias. Es decir, es posible que las cadenas globales de suministro puedan verse interrumpidas o ver reducida su eficiencia como resultado de conflictos sociales, políticos o geopolíticos en los diferentes países donde se encuentran, o por disrupciones tecnológicas que impidan su producción o distribución. La fragilidad de las cadenas globales también está marcada por la complejidad del suministro de bienes intermedios, debido al mayor número de países donde se realizan y por el aumento del riesgo del comercio internacional. Esto se debe a que las incidencias tienden a aumentar con el volumen del comercio internacional y el número de países desde los que se realizan las importaciones (Gereffi, 2012). Para mitigar los impactos de las interrupciones en las cadenas de suministro a nivel global, es posible aumentar la flexibilidad y establecer alternativas en las ubicaciones de producción y rutas de transporte para los productos. Análogamente, perfeccionar los modelos de evaluación de riesgo soberano, con el propósito de identificar los factores que agravarían el peligro de interrupciones, puede contribuir a minimizar los efectos de una crisis. Por consiguiente, la existencia de firmas transnacionales coordinadoras de capital global resulta en una concentración de riqueza y transferencias entre países que benefician a las firmas y países donde se ubican estas coordinadoras. De esta forma, los países y empresas nacionales que participan en la cadena de valor tienen poco que decir sobre las condiciones y estándares impuestos por los coordinadores (Grossman; Rossi, 2008). Otra manera de atenuar el riesgo podría ser que los gobiernos nacionales trabajen en conjunto para establecer estándares comunes para las cadenas de suministro global, pues esto ayudaría a garantizar que las firmas extranjeras no puedan trasladar sus operaciones de un país a otro de forma arbitraria. Si los mecanismos institucionales que posibilitan el intercambio en la cadena de valor fueran completamente diferentes, entonces surgirían un aumento de los costos de transacción, fallas en la coordinación, complicaciones en la comunicación y en el entendimiento entre los participantes de la cadena. De modo que las exigencias planteadas a las instituciones tienden a ser semejantes, con el objetivo de lograr una mejor división del trabajo y unas óptimas condiciones de intercambio.

Como consecuencia de todo lo dicho, las cadenas globales de valor dan lugar a un proceso de homogenización institucional. La convergencia de prácticas y normativas en las diferentes etapas de la cadena busca minimizar las barreras y los costos asociados con las transacciones y las interacciones entre los participantes. Dicho de otra manera, la homogeneización radica en que cada vez más instituciones funcionen con las mismas reglas, normas, contratos y estándares. Pero que las instituciones sean semejantes no significa que sean idénticas, y esta diferencia es comparativamente básica. Por supuesto, las instituciones económicas actúan contra la incertidumbre y para que esto suceda deben ser fiables; para que sean epistémicamente y operativamente fiables deben ser estables. Las firmas deben poder confiar en que las reglas del juego no cambiarán repentinamente, lo que les permite planificar a largo plazo y tomar decisiones estratégicas fundamentadas. De manera que las instituciones estables y eficientes pueden garantizar la previsibilidad del comportamiento de los agentes, funcionando como un mecanismo de gobernanza para los participantes de la cadena de valor.

La estabilidad institucional puede ayudar a reducir las fricciones de mercado y facilitar las transacciones entre los agentes económicos, siempre con el fin de garantizar una tasa de

beneficios comparativamente mayor que la de otros lugares, con distinto desempeño institucional. La estabilidad institucional también permite la convergencia de ciertas soluciones técnicas, así como cierto grado de estandarización en la cadena de valor, que a su vez fomenta la eficiencia y facilita la cooperación entre los participantes. Piénsese, por ejemplo, en la gestión de inventario. En un contexto donde las instituciones son estables y eficientes, la gestión de inventario dentro de la cadena de valor se vuelve más efectiva. Las empresas pueden confiar en que las reglas y regulaciones relacionadas con el almacenamiento y distribución de productos no cambiarán repentinamente, lo que les permite planificar de manera más precisa y optimizar sus operaciones. Además, la estandarización de los procesos en diferentes nodos de la cadena permite una gobernanza más simple. De modo que la gestión de inventario se traduce en una reducción de los costos y una mejora en la disponibilidad de productos para satisfacer la demanda de los consumidores de manera oportuna.

Todas estas ideas llevan a pensar en una especie de efecto contagio respecto a la constitución y funcionamiento de las instituciones. En efecto, la imitación se efectúa sobre lo que se cree que son determinantes institucionales del *offshoring*, tales como regulaciones, la seguridad jurídica y la calidad de la administración pública. Si un país muestra éxito en la implementación de estas instituciones y logra atraer inversiones extranjeras a través del *offshoring*, es probable que otros países vecinos también busquen emular su modelo institucional para atraer inversiones similares. Sin embargo, este efecto contagio institucional no ocurre de manera automática ni el éxito está garantizado. Cada país tiene su propio contexto histórico, cultural y político que puede influir en su capacidad para implementar reformas. Por ejemplo, el contagio de la privatización de empresas públicas en países en desarrollo a menudo ha llevado a la adopción de instituciones de gestión que están diseñadas para maximizar el beneficio a corto plazo, en lugar de promover el desarrollo sostenible o el bienestar social.

Nuevamente, si la fragmentación y la globalización implican también un contagio de instituciones, es decir, si hay un estilo de instituciones inevitable para la importación de algunos de los eslabones de las cadenas, entonces se puede argumentar que existe una presión para que los países adopten ciertas normas y regulaciones en su búsqueda de atraer inversiones extranjeras y aprovechar los supuestos beneficios del *offshoring*. No obstante, estas presiones pueden ser distorsivas a nivel social, pues no todos los países cuentan con la misma capacidad de absorber y adaptarse a nuevas instituciones, sobre todo si existen desequilibrios en sus mercados de trabajo y el capital humano es de mala calidad. En este sentido, los gobiernos que no cuentan con las condiciones idóneas para cambiar sus regímenes políticos o institucionales con rapidez, pueden verse obligados a ajustarse a las instituciones que implica la globalización antes de contar con las instituciones necesarias para enfrentar los retos de este fenómeno. Lo anterior podría traer consecuencias graves para su desarrollo económico. En esta parte de la argumentación, entonces, análogamente al caso de las cadenas globales de valor, también se puede identificar una complejidad conceptual en el análisis de los vínculos entre globalización, fragmentación y estructuras institucionales.

Finalmente, al reconocer que la globalización no es un fenómeno idéntico en todos los países, se hace evidente la necesidad de considerar las particularidades de los escenarios locales. Esto incluye la relación que mantienen las instituciones con la gobernanza de las firmas. La forma en que las instituciones regulan y supervisan las actividades de las empresas varía de una región a otra, lo que influye en la adaptación de las firmas a los desafíos y oportunidades que

presenta la globalización. Por ejemplo, un país con un marco regulatorio débil y una infraestructura limitada puede tener más probabilidades de participar en una gobernanza de mercado, mientras que un país con un marco regulatorio sólido y una infraestructura avanzada puede tener más probabilidades de participar en una gobernanza modular o relacional[30]. La globalización no solo implica una interconexión económica y cultural entre los países, sino también una interacción entre las instituciones de cada país y las estructuras de gobernanza de las firmas.

5 CONCLUSIÓN

La globalización ha transformado las relaciones entre empresas e instituciones económicas. El aumento de la complejidad en los procesos de diseño, fabricación y comercialización debido a la introducción de prácticas como la subcontratación, la deslocalización y la creación de redes ha generado un cambio en la dinámica de las instituciones locales, que deben adaptarse a la demanda de una especie de mercado de inversión. En efecto, si las instituciones son un predictor robusto de la inversión directa extranjera, entonces parece importante que sean transparentes y que sean de calidad[31]. No obstante, cuando se muestra a la calidad institucional como un determinante para la incorporación a la cadena global de valor, la idea misma de calidad institucional en realidad quiere decir que las instituciones estén amoldadas a las necesidades de las firmas. Así, la reestructuración institucional que ha provocado la fragmentación de las cadenas globales de valor, donde distintas etapas del proceso productivo se llevan a cabo en diversos países, tuvo como resultado una mayor homogenización de las reglas de juego junto con una distribución desigual de costos y beneficios. Ha colocado a los países en desarrollo en una posición de desventaja, especialmente en lo que concierne a la movilidad de la mano de obra no calificada y la protección de los derechos de propiedad intelectual (Griffin, 2003).

La efectividad de las cadenas globales de valor radica en la cohesión de sus componentes, que están interconectados y comparten una visión y procesos comunes para lograr objetivos y resultados compartidos. En este sentido, la coordinación de una red de actividades geográficamente dispersas compete también a cómo la gobernanza puede facilitar o dificultar la cooperación entre los agentes involucrados, estableciendo una estructura en la división del trabajo, asignando recursos y distribuyendo beneficios. En este sentido, las políticas

[30] Vale aclarar que la gobernanza de mercado se refiere a una estructura de gobernanza en la que las transacciones son relativamente simples y se basan en el precio. En este tipo de gobernanza, la información sobre las especificaciones del producto se transmite fácilmente y los proveedores pueden fabricar productos con un mínimo de entrada de los compradores. Estas transacciones a distancia no requieren una cooperación formal entre los actores y el costo de cambiar a nuevos socios es bajo tanto para los productores como para los compradores. En cambio, la gobernanza modular se refiere a una estructura de gobernanza en la que las transacciones complejas son relativamente fáciles de codificar. En este tipo de gobernanza, los proveedores en las cadenas modulares fabrican productos según las especificaciones del cliente y asumen la responsabilidad total de la tecnología del proceso, utilizando maquinaria genérica que se extiende a una amplia base de clientes. Esto mantiene bajos los costos de cambio y limita las inversiones específicas de transacción, aunque las interacciones entre compradores y proveedores pueden ser muy complejas. Las relaciones son más sustanciales que en los mercados simples debido al alto volumen de información que fluye a través del enlace interempresarial.

[31] Véase, por ejemplo, Ali, Fiess y MacDonald (2010).

y regulaciones gubernamentales pueden afectar la forma en que se llevan a cabo las actividades en la cadena de valor global. Por ejemplo, las políticas fiscales y laborales pueden influir en la elección de una estructura de gobernanza, como la gobernanza jerárquica o la gobernanza de mercado. Es decir, si una empresa líder controla y coordina las actividades de los proveedores y otros actores en la cadena de valor global, en la que tiene un alto grado de poder y control sobre los proveedores y puede dictar los términos de la relación. O si en la gobernanza, los agentes de la cadena de valor interactúan principalmente a través del mercado, mediante la compra y venta de bienes y servicios, donde hay un grado limitado de poder y control sobre los demás actores en la cadena y las relaciones son más transaccionales, menos colaborativas que en la gobernanza jerárquica.

Por último, que las instituciones se adapten a las demandas de las firmas para promover la participación en la cadena, conlleva también un costo de transformación que excede la faceta contable y que se encuentra asociado a la modificación de procesos, sistemas y organizaciones. Al cambiar las reglas de juegos a favor de una mayor integración global, las instituciones pierden fiabilidad al garantizar el cumplimiento de los derechos y obligaciones de los agentes, afectando las expectativas depositadas en ellas. Así, la globalización trae consigo la extensión transversal de las cadenas de valor, generando una interdependencia entre las instituciones locales y las demandas de las firmas transnacionales, lo que les confiere influencia y el poder relativo de retirar las concesiones previamente acordadas, a un costo adicional. Esta relación de dependencia puede fungir como un mecanismo restringido, sujeto a potenciales prácticas de extorsión o abuso de poder por parte de las empresas, que buscan imponer normativas cada vez más favorables. En este escenario, se establece un delicado equilibrio entre la adaptación a las necesidades empresariales, la preservación de la integridad institucional y la equidad en las relaciones económicas y comerciales.

BIBLIOGRAFÍA

AGRAWAL, A.; GANS, J. S.; GOLDFARB, A. **Máquinas predictivas.** Barcelona: Editorial Reverté, 2019.

AGRAWAL, V; FARRELL, D. Who wins in offshoring**. The McKinsey Quarterly**, n. 4, p. 37-41.

AIZENMAN, J.; SPIEGEL, M. M. Institutional efficiency, monitoring costs and the investment share of FDI. **Review of International Economics**, v. 14, n. 4, p. 683-697, 2006. Disponible en: https://doi.org/10.1111/j.1467-9396.2006.00595.x. Accede en: mar. 2024.

ALI, F. A.; FIESS, N.; MACDONALD, R. Do institutions matter for foreign direct investment? **Open Economies Review**, v. 21, p. 201-219, 2010. Disponible en: https://doi.org/10.1007/s11079-010-9170-4. Accede en: mar. 2024

ANDERSON, J. E. A theoretical foundation for the gravity equation. **The American Economic Review**, v. 69, n. 1, p. 106-116, 1979.

ANTRAS, P. **De-globalisation?** Global value chains in the post-Covid-19 age. Cambridge, MA: NBER Working Paper Series, Working Paper 28115, 2020.

ARNDT, S. W.; KIERZKOWSKI, H. Introduction. In: ARNDT, S. W.; KIERZKOWSKI, H. (Ed.). **Fragmentation:** New production patterns in the world economy. Oxford: Oxford University Press, p. 1-16. 2001.

BALDWIN, R. Global supply chains: why they emerged, why they matter, and where they are going. **Centre for Trade and Economic Integration**, 2012. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=2153484. Accede en: mar. 2024.

BALDWIN, R.; VENABLES, A. J. Spiders and snakes: Offshoring and agglomeration in the global economy. **Journal of International Economics**, v. 90, n. 2, p. 245-254, 2013.

BALDWIN, R.; ITO, T.; SATO, H. Portrait of Factory Asia: production network in Asia and its implication for growth; the 'smile curve'. **IDE-JETRO Joint Research Program Series**, n. 159, p. 1-23, 2014.

BATRA, R. N.; CASAS, F. R. Intermediate products and the pure theory of international trade: a Neo-Hecksher-Ohlin framework. **The American Economic Review**, v. 63, n. 3, p. 297-311, 1973.

BÉNASSY-QUÉRÉ, A.; COUPET, M.; MAYER, T. Institutional determinants of foreign direct investment. **World Economy**, v. 30, n. 5, p. 764-782, 2007.

BERGSTRAND, J. H. The gravity equation in international trade: some microeconomic foundations and empirical evidence. **The Review of Economics and Statistics**, v. 67, n. 3, p. 474-481, 1985. Disponible en: https://doi.org/10.2307/1925976. Accede en: mar. 2024

COSTELLO, C.; OVANDO, D. Status, institutions, and prospects for global capture fisheries. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 44, p. 177-200, 2019. Disponible en: https://doi.org/10.1146/annurev-environ-101718-033310. Accede en: mar. 2024.

DEARDORFF, A. V. Determinants of bilateral trade: does gravity work in a neoclassical framework? In: FRANKEL, J. A. (Ed.). **The regionalization of the world economy**. Chicago: The University of Chicago Press, p. 7-22. 1998.

DICKEN, P. **Global shift:** mapping the changing contours of the world economy. New York: Guilford Press, 2011.

DIXIT, A. K.; GROSSMAN, G. M. Trade and protection with multistage production. **The Review of Economic Studies**, v. 49, n. 4, p. 583-594, 1982.

DOLLAR, D.; YU, X. Institutions and participation in global value chains. **Global Value Chain Development Report Background Paper**. Washington, DC: World Bank, 2016.

ECKHARDT, J.; POLETTI, A. Introduction: bringing institutions back in the study of global value chains. **Global Policy**, v. 9, p. 5-11, 2018.

GEREFFI, G. Development strategies and the global factory. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 505, n. 1, p. 92-104, 1989.

GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: How US retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Ed.). **Commodity chains and global capitalism.** London: Praeger, p. 95-122, 1994.

GEREFFI, G. Global production systems and Third World development. In: STALLINGS, B. (Ed.). **Global change, regional response:** the new international context of development. New York: Cambridge University Press, p. 100-142, 1995.

GEREFFI, G. Value chains. In: RITZER, G. (Ed.). **The Wiley-Blackwell encyclopedia of globalization.** 2012. Disponible en: https://doi.org/10.1002/9780470670590.wbeog941. Accede en: mar. 2024.

GEREFFI, G. **Global value chains and development:** redefining the contours of 21st century capitalism. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

GEREFFI, G.; FERNANDEZ-STARK, K. **Global value chain analysis:** a primer. Durham: The Duke Center on Globalization, Governance & Competitiveness, p. 1-34, 2016.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; KAPLINSKY, R.; STURGEON, T. Globalisation, value chains and development. In: GEREFFI, G.; KAPLINSKY, R. (Ed.). **The value of value chains.** IDS Bulletin, v. 32, n. 3, jul. 2001.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

GRIFFIN, K. Economic globalization and institutions of global governance. **Development and Change**, v. 34, p. 789-808, 2003. Disponible en: https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2003.00329.x. Accede en: mar. 2024.

GROSSMAN, G. M.; ROSSI-HANSBERG, E. Trading tasks: a simple theory of offshoring. **American Economic Review**, v. 98, n. 5, p. 1978-1997, 2008.

HALL, B. H.; ROSENBERG, N. Introduction to the handbook. In: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (Ed.). **Handbook of the economics of innovation.** Amsterdam: Elsevier, p. 3-9, 2010.

HARTMANN, D.; GUEVARA, M. R.; JARA-FIGUEROA, C.; ARISTARÁN, M.; HIDALGO, C. A. Linking economic complexity, institutions, and income inequality. **World Development**, v. 93, p. 75-93, 2017. Disponible en: https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.020. Accede en: mar. 2024.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. Governance in global value chains. **IDS Bulletin**, v. 32, n. 3, p. 19-29, 2001.

ISARD, W. Location theory and trade theory: short-run analysis. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 68, n. 2, p. 305-320, 1954.

JOHNSON, C. The developmental state: odyssey of a concept. In: **The developmental state**. v. 12, p. 32-60, 1999.

KAPLINSKY, R. Globalisation and unequalisation: what can be learned from value chain analysis. **Journal of Development Studies**, v. 73, n. 2, p. 117-146, 2000.

LEVCHENKO, A. International trade and institutional change. **Journal of Law, Economics, and Organization**, v. 29, n. 5, p. 1145-1181, 2013.

LEVY, D. L. Offshoring in the new global political economy. **Journal of Management Studies**, v. 42, n. 3, p. 685-693, 2005.

LINSI, L. Speeding up "slowbalization": the political economy of global production before and after COVID-19. **Global Perspectives**, v. 2, n. 1, p. 1-6, 2021. Disponible en: https://doi.org/10.1525/gp.2021.24433. Accede en: mar. 2024

MILBERG, W.; WINKE, D. **Las cadenas globales de valor.** Bernal: Universidad de Quilmes Editorial, 2018.

NATHAN, D.; SARKAR, S. A note on profits, rents and wages in global production networks. **Economic and Political Weekly**, v. 46, n. 36, p. 53-57, 2011.

NELSON, R. Why do firms differ, and how does it matter? **Strategic Management Journal**, v. 12, p. 61-74, 1991. Disponible en: https://doi.org/10.1002/smj.4250121006. Accede en: mar. 2024.

NICOLINI, M. Institutions and offshoring behavior. **The International Trade Journal**, v. 33, n. 2, p. 160-175, 2019.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO - OMC. **Global Value Chain Development Report -** Beyond Production. nov. 2021. Disponible en: https://www.wto.org/spanish/res_s/publications_s/gvcdevreport_bprod_s.htm. Accede en: mar. 2024

PHELPS, N. A. The locally embedded multinational and institutional capture. **Area**, v. 32, n. 2, p. 169-178, 2000.

PONTE, S.; PETER, G. Quality standards, conventions and the governance of global value chains. **Economy and Society**, v. 34, n. 4, p. 1-31, 2005.

POROJAN, A. Trade flows and spatial effects: the gravity model revisited. **Open Economies Review**, v. 12, p. 265-280, 2001. Disponible en: https://doi.org/10.1023/A:1011129422190. Accede en: mar. 2024.

PORTER, M. **Ventaja competitiva.** México: Editorial C.E.C.S.A., 1986.

SAMUELSON, P. A. Spatial price equilibrium and linear programming. **The American Economic Review**, v. 42, n. 3, p. 283-303, 1952.

SMITH, D. Offshoring: political myths and economic reality. **World Economy**, v. 29, n. 3, p. 249-256, 2006.

STAPLETON, K. Automation, global value chains and development: what do we know so far? **Pathways for Prosperity Commission Background Paper Series**, n. 26, p. 1-23, 2019.

WIJESINGHE, A. Trade origins of protectionism and deglobalization of our time. **Institute of Policy Studies**, IPS In-House Seminar, p. 1-50, 2021.

YÜCESAN, E. **Competitive supply chains:** a value-based management perspective. Palgrave Macmillan, 2023. Disponible en: https://doi.org/10.1007/978-3-031-19975-2_9. Accede en: mar. 2024.